

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária.**

**Período de Análise: 01/12/2016 a 31/12/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## Índice:

<b>Lideranças indígenas recebidas no Ministério.</b> Paulenir Constâncio. Site do MMA, 01/12/2016.....	4
<b>Estudo destaca concentração de terras no Brasil.</b> Daniela Chiaretti. Valor Econômico, 01/12/2016.....	5
<b>Menos de 1% das propriedades agrícolas detêm quase metade da área rural no país.</b> Flávia Villela. Site do MST, 02/12/2016.....	7
<b>MST inaugura primeira agroindústria em área de Reforma Agrária no estado de Alagoas.</b> Gustavo Marinho. Site do MST, 05/12/2016.....	10
<b>Audiência pública estimula oferta de imóveis para a reforma agrária em Sergipe.</b> Site do INCRA, 05/12/2016. ....	11
<b>Fetraf Pará realiza II Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.</b> Site da FETRAF, 05/12/2016.....	12
<b>Na feira também é possível encontrar alimentos in natura, fitoterápicos, fitocosméticos e artesanatos.</b> Maria Terra. Site do MST, 06/12/2016.....	13
<b>Movimentos alertam para retorno de conflitos violentos no campo.</b> Site do MST, 06/12/2016.....	15
<b>Incra vai usar veículos aéreos não tripulados em ações de reforma agrária e regularização fundiária.</b> Site do INCRA, 07/12/2016.....	17
<b>Com 54 mortes, 2016 já é o ano mais violento no campo desde 2003, diz Pastoral.</b> Site da CONTAG, 07/12/2016. ....	21
<b>Movimentos populares e de Direitos Humanos repudiam violência no campo em Rondônia.</b> Site do MST, 08/12/2016.....	23
<b>Com Temer, a questão indígena retrocede.</b> Murilo Matias. Site do MST, 10/12/2016. ....	26
<b>Movimentos do campo lançam manifesto contra a reforma da previdência.</b> Site do MST, 11/12/2016.....	30
<b>Governo autoriza projeto de irrigação em assentamento no Norte da Bahia.</b> Site do MST, 12/12/2016.....	33
<b>TRF1 determina terras para reforma agrária em Anapu (PA).</b> Site da CPT, 12/12/2016.....	34
<b>Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União.</b> Site da CPT, 13/12/2016. ....	35
<b>Famílias acampadas há 10 anos renovam as esperanças com legitimação de área.</b> Site do MST, 13/12/2016. ....	36
<b>Incra e Governo do Piauí entregam títulos definitivos a agricultores familiares.</b> Site do INCRA, 13/12/2016 .....	37

<b>Incra entrega contrato de concessão de uso da terra a comunidade quilombola paraibana.</b> Site do INCRA, 14/12/2016.....	39
<b>Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União. Cauê Seignemartin Ameni.</b> Site do MST, 14/12/2016. ....	40
<b>CONTRAF BRASIL não vai recuar na Luta em defesa da Agricultura Familiar.</b> Site da FETRAF, 14/12/2016. ....	42
<b>Lideranças da Agricultura Familiar reivindicam agilidade do Incra nas questões fundiárias do Pará.</b> Patrícia Costa. Site da FETRAF, 15/12/2016.....	43
<b>Órgãos federais definem ações para solução de conflitos agrários em Rondônia.</b> Site do INCRA, 15/12/2016. ....	45
<b>Incra entrega plano de uso de área para comunidade quilombola Tomás Cardoso (GO).</b> Site do INCRA, 15/12/2016. ....	46
<b>Incra emite títulos provisórios para agricultores de 33 assentamentos na Bahia.</b> Site do INCRA, 15/12/2016. ....	48
<b>Comunidades quilombolas do Ceará recebem portaria de reconhecimento de territórios.</b> Site do INCRA, 16/12/2016.....	49
<b>Incra/MA avalia ações da política de regularização de territórios quilombolas.</b> Site do INCRA, 16/12/2016. ....	50
<b>CNA defende novas regras de demarcação de terras indígenas.</b> Site do CNA, 16/12/2016.....	52
<b>Incra discute regularização de comunidade quilombola no Ceará.</b> Site do INCRA, 19/12/2016.....	52
<b>Ameaça aos direitos indígenas gera tensão no MS.</b> Site do MST, 19/12/2016. ....	54
<b>Fórum discute regularização de territórios quilombolas em São Paulo.</b> Site do INCRA, 20/12/2016. ....	56
<b>Incra tem imissão na posse de fazenda no interior de São Paulo.</b> Site do INCRA, 21/12/2016.....	57
<b>Incra inicia a titulação de lotes da reforma agrária.</b> Site do INCRA, 21/12/2016... ..	59
<b>Acampamento do MST sofre ataque de pistoleiros no Pará.</b> Carlinhos Luz. Site do MST, 21/12/2016.....	60
<b>Incra reconhece comunidade quilombola do Rosa no Amapá.</b> Site do INCRA, 22/12/2016.....	61
<b>Funai critica ‘teor invasivo’ em imagens de índios isolados.</b> Site Eletrônico – O Globo, 23/12/2016.....	62
<b>Mato Grosso: Indígenas recebem cestas de alimentos da Conab.</b> Site da CONAB, 27/12/2016.....	64
<b>Cestas com mais de 100 t de alimentos beneficiam famílias indígenas.</b> Site da CONAB, 29/12/2016.....	65

<b>Incra/RS identifica territórios quilombolas em Viamão e Arroio do Tigre.</b> Site do INCRA, 30/12/2016. ....	66
<b>Incra prepara o assentamento de 12 mil novas famílias.</b> Site do INCRA, 30/12/2016. ....	67
<b>Reforma agrária sem 'agentes'.</b> Estadão, 31/12/2016. ....	69

**Lideranças indígenas recebidas no Ministério. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 01/12/2016.**

Cerca de 20 lideranças indígenas da etnia Munduruku, do Tapajós no estado do Pará, foram recebidas nesta quinta-feira (1º/12) no auditório do Ministério do Meio Ambiente. Elas protocolaram documento com um conjunto de reivindicações e denúncias, principalmente no que diz respeito a licenciamento, aos garimpos ilegais ao longo rio, à gestão de unidades de conservação e à construção de hidrelétricas em suas terras e no entorno.

A audiência, realizada a pedido do Conselho Indigenista Missionário (Cime), foi mediada pela secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Juliana Simões. Participaram da mesa a presidente do Ibama, Suely Araújo, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, a coordenadora de Licenciamento Ambiental da Funai, Maria Janete Carvalho, e o coordenador de Gestão de Conflitos Territoriais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Marcelo Cavallini.

**TAPAJÓS**

Suely Araújo foi questionada pelas lideranças a respeito do licenciamento para a usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. De acordo com ela “não há nenhum pedido de licenciamento atualmente em tramitação envolvendo a terra indígena dos Munduruku”. Segundo explicou, o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelos empreendedores foi arquivado por contrariar parecer da Funai. Além disso, não apresentava requisitos técnicos mínimos sequer para ser analisado. “A empresa entrou com recurso, que também foi indeferido e o processo mantido arquivado”, explicou Suely.

Juliana Simões esclareceu que a posição do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, é pela defesa dos aspectos sociais envolvidos nos empreendimentos com grande potencial

de impactar populações indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhos. Segundo ela a pasta reforça o papel dos dois principais instrumentos de política ambiental que são as unidades de conservação e as terras indígenas. A secretária defendeu a gestão compartilhada em casos em que os território forem sobrepostos, como o da Flona Itaituba II, que engloba território dos Munduruku. “Com parceria e sempre ouvindo as comunidades indígenas envolvidas, como prevê o Penegati (Política Nacional de Gestão das Terras Indígenas”, afirmou.

Já quanto à fiscalização dos garimpos ilegais, coube a Luciano Evaristo esclarecer que o órgão se posiciona contrário a qualquer tipo de exploração garimpeira em terras indígenas, em unidades de conservação e em seu entorno. “Temos parceria com várias etnias que identificam a presença de garimpeiros e nos avisam. Já extinguímos a atividade várias delas. Estamos nos comprometendo a combater essa atividade em parceria também com os Munduruku”, disse. Segundo ele, o Ibama está, neste momento, reprimindo atividades de garimpo ilegal no Mato Grosso e “o próximo território a ser fiscalizado será o dos Munduruku”, garantiu.

---

### **Estudo destaca concentração de terras no Brasil. Daniela Chiaretti. Valor Econômico, 01/12/2016.**

No Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Mas são os pequenos que respondem por mais de 70% da produção de alimentos.

O estudo que mostra que no Brasil há muita terra para pouco proprietário foi assinado pela Oxfam, rede global de ONGs que define seu perfil de atuação pela luta contra a pobreza e a desigualdade em mais de 90 países. Batizado de "Terra, Poder e Desigualdade na América Latina", o relatório compara o cenário da concentração de terra em 15 países da região.

No Brasil, o estudo foi feito por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e levou em conta o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

de 2006, o sistema de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dentre outros.

"Uma das mensagens principais do relatório é que se a América Latina é uma das regiões com maior desigualdade do mundo, essa desigualdade tem como um de seus pilares a concentração de terras", diz Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil. "O modelo da concentração de terras reforça a desigualdade, que se retroalimenta no acesso a recursos financeiros e tecnológicos.

Pelo estudo da Oxfam, as propriedades de até 10 hectares ficam com 39,8% dos contratos de financiamento, que significam menos de 7% do volume de dinheiro. As propriedades acima desta linha de corte tem 0,9% dos contratos de financiamento e 43,6% dos recursos.

Dados do Incra e da Procuradoria-Geral da Fazenda indicam que, em 2015, havia 4.013 propriedades com dívidas acima de R\$ 50 milhões cada. Um universo de 729 proprietários tinha 4.057 imóveis rurais. "A dívida total desse grupo de pessoas chegava a R\$ 200 bilhões em 2015", diz Katia Maia. "Calculamos que 200 mil pessoas poderiam ser assentadas se os devedores pagassem suas dívidas", diz ela, a "título de ilustração."

O Brasil está em quinto lugar em termos de concentração de terras da região. Ainda pior é a situação do Paraguai, Chile, Venezuela e Colômbia. O país com melhor cenário é a Costa Rica.

"Concentração de terra também significa concentração de recursos naturais", destaca a diretora da Oxfam. "Precisamos enfrentar esta desigualdade que, ano a ano, prejudica o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina", disse ela, em nota divulgada à imprensa.

O estudo da Oxfam cita Correntina, na Bahia, como um município dos que está entre os 1% de maior concentração fundiária. Ali, as grandes propriedades ocupam 75% da área total dos estabelecimentos agropecuários. A pobreza atinge 45% da população rural e quase 32% da população total. Entre 2003 e 2013, em Correntina, 249 pessoas foram resgatadas da condição de trabalho análogo ao de escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

---

**Menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural no país.**  
**Flávia Villela. Site do MST, 02/12/2016.**

Pequenos produtores são responsáveis por mais de 70% dos alimentos, enquanto as grandes monoculturas exportam

Quase metade da área rural brasileira pertence a 1% das propriedades do país, de acordo com o estudo inédito Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural divulgado hoje (1º) pela organização não governamental (ONG) britânica Oxfam. Os estabelecimentos rurais a partir de mil hectares (0,91%) concentram 45% de toda a área de produção agrícola, de gado e plantação florestal.

Por outro lado, estabelecimentos com menos de 10 hectares representam cerca de 47% do total das propriedades do país, mas ocupam menos de 2,3% da área rural total. Esses pequenos produtores produzem mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro, já que as grandes monoculturas exportam a maior parte da produção.

O estudo mostra a cidade de Correntina, na Bahia, como exemplo emblemático dessa realidade, onde os latifúndios ocupam 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Nessa cidade, a pobreza atinge 45% da população rural e 31,8% da população geral. Os municípios com maior concentração de terra apresentam os menores índices de Desenvolvimento Humano e aqueles com a menor concentração tinham os melhores indicadores sociais. A diretora executiva da Oxfam Brasil, Katia Maia, explicou que a concentração de terra gera desigualdade em todos os setores vinculados à produção da terra.

“Quanto maior a concentração de terra, maior a concentração de investimento, de maquinário, que vai se expandindo para diferentes setores. A modernização da agricultura não demonstrou melhora na condição de vida da população”, comentou Katia. “Números preliminares mostram que os municípios com maior concentração têm nível maior de pobreza”.

As grandes propriedades rurais com mais de mil hectares concentram 43% do crédito rural, enquanto para 80% dos menores estabelecimentos esse percentual varia entre 13% e 23%.

A reforma agrária é fundamental para reverter o quadro, mas não basta, argumentou a diretora da ONG. “O governo pode assumir medidas e políticas no mundo rural para

incentivar maior distribuição, especialmente na área de investimentos, apoio técnico e programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar”, acrescentou.

A concentração de terra também contribui para a incidência de trabalho escravo, alerta o estudo. De 2003 a 2013, 82% das autuações do Ministério do Trabalho e Emprego por trabalho análogo ao de escravo ocorreram no oeste da Bahia, com grande concentração de terra. Somente em Correntina, 249 trabalhadores foram encontrados nessas condições.

O estudo agrupou os municípios de acordo com a relevância agropecuária: 1% com maior concentração de terras, os 19% seguintes e os 80% restantes, com base no último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, e o IBGE Cidades, de 2010.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que 729 pessoas físicas e jurídicas se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas à União de mais de R\$ 50 milhões cada, aproximadamente R\$ 200 bilhões. Esse grupo, segundo a pesquisa, tem propriedades de área suficiente para assentar quase 215 mil famílias, quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária.

## América Latina

A mesma realidade ocorre na América Latina, em que 1% concentra 51,19% de toda a superfície agrícola da região. O dado está no relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina, também divulgado hoje, que analisa o cenário de concentração das propriedades rurais em 15 países da região com base nos censos agropecuários locais.

O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking da região do coeficiente de Gini - que mede a desigualdade na distribuição de terra, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade. A nota brasileira é 0,87. O Paraguai aparece com o pior índice de Gini (0,93), seguido do Chile (0,91) e da Venezuela e Colômbia (0,88), onde 0,4% das propriedades concentram mais de 67% da terra produtiva.

## Conflitos no campo



A modernização da agricultura e os assentamentos e demarcações de terras indígenas não foram capazes de aplacar os conflitos, que já mataram 2.262 pessoas entre 1964 e 2010, de acordo com o estudo. A violência no campo pela disputa da terra ocasionou 50 mortes no ano passado e 1.217 conflitos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Brasil está no topo da lista dos países onde mais ativistas ambientais e da terra foram mortos em 2015, segundo outra pesquisa divulgada em junho deste ano pela ONG Witness.

Os estados mais violentos são Rondônia e o Pará. No período, foram registrados momentos de pico, em especial na década de 80, quando aumentaram as mobilizações sociais e as lutas por terra, década que também marcou a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um novo pico foi registrado durante o primeiro governo Lula, de 2003 a 2006. Apenas em 2003 ocorreram 496 ocupações – em 2010 foram 180.

## Incra

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mais de 1,3 milhão de famílias já foram assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O programa foi criado em 1996. Ao todo, 977 mil famílias vivem atualmente em assentamentos e áreas reformadas.

As titulações estão sendo efetivadas, informou o instituto, por meio de trabalhos de revisão ocupacional em campo, “o que está sendo feito com maior expressão neste último bimestre do ano, a partir do desbloqueio de recursos destinados ao órgão”, diz a nota. “Todas as 30 superintendências estão mobilizadas neste sentido, já que foi estabelecida como meta a emissão de cerca de 70 mil títulos de propriedade até o fim do próximo ano”.

Ainda segundo o Incra, as metas para os próximos anos dependem da aprovação do orçamento a ser destinado à autarquia no início de 2017. O instituto ressaltou que o contingenciamento de gastos deste ano reduziu em cerca de 40% os recursos destinados à reforma agrária. Além disso, informou o Incra, houve alteração de diretrizes e um passivo ocasionado pelo bloqueio determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

que paralisou o acesso de famílias beneficiárias às políticas públicas asseguradas pelo Programa Nacional da Reforma Agrária.

---

**MST inaugura primeira agroindústria em área de Reforma Agrária no estado de Alagoas. Gustavo Marinho. Site do MST, 05/12/2016.**

Segundo a coordenadora do movimento, que também integra o Setor de Produção do MST, a agroindústria deve gerar 38 empregos diretos e mais de 700 indiretos a partir da produção

Trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra comemoram na próxima sexta-feira (09), a inauguração da primeira agroindústria em área de Reforma Agrária, coordenado pelo MST, em Alagoas.

A agroindústria que beneficiará frutas e castanha de caju tem sua sede localizada no assentamento Maria Bonita, no município de Delmiro Gouveia, no Sertão de Alagoas. O ato de inauguração está programado para iniciar às 9h da manhã, com a presença de assentados e acampados de todo o estado, além de representação dos movimentos sociais e autoridades de Alagoas.

“Esse é um momento muito importante para todos os que lutam pela Reforma Agrária. É um passo firme que o nosso movimento dá na geração de emprego e renda para as famílias assentadas da Reforma Agrária e pequenos agricultores da região”, reforçou Débora Nunes, da coordenação nacional do MST.

Segundo a coordenadora do movimento, que também integra o Setor de Produção do MST, a agroindústria deve gerar 38 empregos diretos e mais de 700 indiretos a partir da produção. Com área de 250 m<sup>2</sup>, a agroindústria produzirá 16 produtos, entre doce em calda, doce em pasta, polpa de frutas e castanha de caju.

Gerida pela Cooperativa de Produção Agropecuária da Reforma Agrária no Sertão (CooperaSertão), a Agroindústria da Reforma Agrária, como será batizada, receberá produtos dos camponeses e camponesas da região e deve comercializar seus produtos beneficiados nos mercados convencional e institucional.

“Essa estrutura nada mais é que o resultado da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra”, destacou Nunes.

“E aqui não temos apenas mais uma estrutura de fabricação de polpa ou doce, aqui temos uma agroindústria comprometida com o desenvolvimento da vida de quem vive no campo, mas também com a garantia de levar produtos saudáveis para quem for consumir na cidade”. De acordo com Débora, toda a matéria-prima utilizada nos produtos da agroindústria não utiliza nenhum tipo de agrotóxico em seu cultivo.

“Queremos que os frutos dessa agroindústria chegue às prateleiras dos mercados de Alagoas, para que o consumidor veja que pode levar um fruto da agricultura camponesa para a sua casa”, disse. “Temos também o desafio de levar nossos produtos, a partir da cobrança e pressão aos poderes públicos municipais, ao cardápio da merenda escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nossos filhos e filhas podem tomar um suco de caju saudável da Agroindústria da Reforma Agrária, ao invés de tomar sucos industrializados todos os dias na escola”.

A inauguração ainda deve contar com atrações culturais regionais, além do show especial do patrimônio vivo da cultura alagoana, Chau do Pife. Toda a programação acontecerá no próprio assentamento Maria Bonita, com estrutura montada na frente do prédio da agroindústria.

---

### **Audiência pública estimula oferta de imóveis para a reforma agrária em Sergipe. Site do INCRA, 05/12/2016.**

Cerca de 60 pessoas acompanharam, na última quinta-feira (01), na Câmara Municipal de Santo Amaro das Brotas – distante aproximadamente 40 quilômetros de Aracaju (SE) – a segunda audiência pública promovida este ano pela Superintendência Regional do Incra no estado com o objetivo difundir informações sobre a oferta de imóveis para a criação de assentamentos no estado. O evento foi destinado, especialmente, a proprietários rurais do município e região.

“A audiência pública é sempre uma forma de disponibilizar informações, esclarecer dúvidas e fomentar a oferta de novos imóveis ao Incra. É uma maneira de tornarmos mais conhecida a modalidade de compra e venda, contribuindo para o avanço da reforma

agrária”, explicou o chefe da Divisão de Obtenção de Terras e superintendente substituto do Incra em Sergipe (Incra/SE), Ricardo Romero Menezes.

Todas as propriedades oferecidas a partir do evento poderão ser adquiridas pela autarquia federal com base no Decreto nº 433/92, que regulamenta o dispositivo conhecido como “Compra e Venda”. Os imóveis rurais devem ter boa acessibilidade, extensão mínima de 250 hectares (cerca de 826 tarefas) e, ao menos, 50% de área explorável.

Decreto nº 433

Assinado em janeiro de 1992, o Decreto nº 433 permite ao Incra adquirir áreas consideradas de grande interesse social, a preço de mercado. O pagamento das benfeitorias é feito em dinheiro e o restante, em títulos emitidos pelo Governo Federal (Títulos da Dívida Agrária – TDAs), com prazo de resgate entre dois e cinco anos.

Em Sergipe, nos últimos sete anos, o Incra adquiriu onze imóveis rurais com base nesse decreto.

---

### **Fetraf Pará realiza II Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. Site da FETRAF, 05/12/2016.**

O evento será realizado entre os dias 7 e 9 de dezembro na cidade de Marabá com a participação dos agricultores e agricultoras familiares do Estado e cidades vizinhas.

Entre os dias 7 e 9 de dezembro a Fetraf Pará realizará o II Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Pará, na cidade de Marabá.

No primeiro dia de atividade após os credenciamentos no evento haverá debate com as lideranças regionais e aprovação do regimento interno da federação. No segundo dia, após a solenidade de abertura os trabalhadores (as) participam de uma mesa sobre a Conjuntura Nacional e Estadual para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Ainda, o congresso segue com painéis sobre 'Desafios frente à violência no campo e a criminalização dos movimentos sociais e entidades sindicais no governo atual'; 'Desafios e perspectivas para a organização sindical no estado do Pará'. Na programação consta

oficinas temáticas como - Reforma Agrária e Acesso a Terra; Auto sustentação, habitação e política agrícola; organização da juventude e mulheres.

No último dia de Congresso está previsto a plenária com apresentação dos resultados das oficinas e aprovação das resoluções, planos de ação e lutas.

---

## **150 toneladas de produtos serão comercializados na VIII Feira da Reforma Agrária no RJ**

---

**Na feira também é possível encontrar alimentos in natura, fitoterápicos, fitocosméticos e artesanatos. Maria Terra. Site do MST, 06/12/2016.**

O Largo da Carioca amanheceu em alvoroço nesse dia 05 de dezembro. Além dos trabalhadores e trabalhadoras que passam diariamente a caminho do trabalho ou na volta pra casa, dezenas de produtores e produtoras, vindos de diferentes partes do estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, ocuparam o largo para a realização da VIII Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, que fica até a próxima quarta-feira (07).

Aos poucos, a grande barraca branca, armada durante o final de semana, se enchia de cores dos produtos derivados da agricultura familiar camponesa dos Assentamentos de Reforma Agrária, do Movimento Sem Terra. Além desses produtos, que estão expostos, prontos para serem comercializados, o evento conta com diversificadas apresentações culturais e debates, que terão como tema a importância da alimentação saudável no Brasil e no mundo.

Durante os três dias serão comercializados cerca de 150 toneladas de produtos, entre alimentos in natura e industrializados, fitoterápicos, fitocosméticos e artesanatos. A Editora Expressão Popular traz pouco mais de 290 títulos de livros, com temas que variam entre produções literárias e diversas outras questões políticas. Destes, 200 levam o selo da própria editora e os demais, de editoras parceiras.

A Culinária da Terra, que em outros espaços é conhecida pelo nome genérico de cozinhas regionais, também se faz presente através da comercialização de pratos típicos preparados pelos próprios produtores e produtoras da Feira.

Apenas na parte da manhã de hoje, já passaram pelo espaço centenas de pessoas para visitar, comprar e apreciar as apresentações culturais. Hoje o grupo Sambachoro presenteou os visitantes com uma emocionante apresentação de chorinhos.

A diversidade dos alimentos oferecidos surpreende os que passam pela Feira: quantas vezes pensamos nas possibilidades de arroz para além do branco? Pois existem! E na Feira é possível encontrar alguns deles, como o arroz vermelho, o integral, o parboilizado e outros, além de diversos sabores de sucos integrais, legumes, frutas, polpas de frutas, produtos derivados de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura), ervas medicinais, entre outros.

A agroecologia é um dos princípios que regem a Feira Estadual Cícero Guedes, por isso, a maioria da produção já é agroecológica. O trabalho que vem, aos poucos, sendo pensado e construído está na perspectiva de transição do modelo convencional de agricultura para o modelo que preserve o meio ambiente e o ser humano, visando garantir, sobretudo, a segurança e a soberania alimentar dos agricultores e da sociedade.

#### História da Feira

A Feira foi batizada de "Cícero Guedes" em 2013, em homenagem ao agricultor e militante do MST assassinado por pistoleiros no dia 25 de janeiro do mesmo ano, nas proximidades da Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Além de uma grande liderança na luta pela Reforma Agrária, Cícero Guedes era considerado uma referência em conhecimento agroecológico, por conta das técnicas agrícolas sustentáveis que utilizava em seu lote no Assentamento Zumbi dos Palmares, tendo sido também um importante colaborador de vários projetos de pesquisa e de extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Desde o ano passado a Feira se tornou evento oficial do município do Rio de Janeiro. A partir da iniciativa do vereador Renato Cinco (Psol), a lei foi aprovada e “reconhece como de interesse Cultural e Social para o Rio de Janeiro a Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes”.

#### Ato oficial de abertura

Em alguns instantes, acontece o ato de abertura oficial da Feira. Diversas entidades e movimentos sociais vêm saudar a oitava edição do evento e reforçar a importância da organização de momentos de resistência na discussão de outra alimentação possível, como é o caso desta Feira.

“A Feira é um momento, principalmente, de celebração da produção de alimentos nos assentamentos de Reforma Agrária no Rio de Janeiro”, afirma Nivia Regina, da coordenação do MST no estado do RJ.

Segundo Amanda Matheus, da Direção Estadual pelo Setor de Formação do MST-RJ, “a principal motivação da construção e realização da Feira como um todo e do ato em específico, é a perspectiva de resistência que eventos como esse proporcionam no âmbito da classe trabalhadora, tanto do campo como da cidade”.

“Na mística de abertura, além de ressaltar a importância dessa resistência, homenagearemos o grande lutador e revolucionário cubano, Fidel Castro, falecido no último dia 25 de novembro”, finaliza Amanda.

---

### **Movimentos alertam para retorno de conflitos violentos no campo. Site do MST, 06/12/2016.**

Organizações de Minas Gerais repudiam extinção de Ouvidoria Agrária Nacional.

Movimentos sociais de Minas Gerais lançaram no último sábado (03) uma Carta-Repúdio avaliando como retrógrada a decisão do Governo ilegítimo de Michel Temer de acabar com a Ouvidoria Agrária Nacional. O órgão, criado ainda no governo FHC após intensos conflitos no campo (dentre os quais o Massacre de Eldorado dos Carajás), representava um espaço de observatório, denúncia e apuração das situações de violência no espaço rural.

As organizações, reunidas no Fórum Mineiro da Reforma Agrária, alertam que o caminho traçado com este gesto pelo Governo Federal é de "retorno aos conflitos violentos no campo, à exclusão da cidadania de milhares de brasileiros, sinalizando seu profundo descaso para com aqueles que lutam pela democratização da terra". Confira na íntegra a carta emitida pelo Fórum:

## CARTA REPÚDIO

“Na luta do bem contra o mal, é sempre o povo que morre”.

Eduardo Galeano

O Fórum Mineiro da Reforma Agrária, que congrega diversos movimentos sociais da luta pela terra em Minas Gerais, como MST, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), dentre outros e seus apoiadores, vem expressar seu veemente repúdio à ação do governo federal de extinguir a Ouvidoria Agrária Nacional.

A Ouvidoria Agrária Nacional foi criada como instrumento para a redução e pacificação dos conflitos no campo, objetivos que foram alcançados pela sua perseverante atuação, em compasso com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, também comandada pelo combativo e incansável Dr. Gercino José da Silva Filho.

Nesse contexto, é inegável que a Ouvidoria Agrária Nacional vem cumprindo sua missão de promoção da dignidade humana e cidadania no campo de forma exemplar, estando presente em áreas de conflito no campo por todo o País.

O governo brasileiro, ao extinguir a Ouvidoria Agrária Nacional, traça o caminho do retorno aos conflitos violentos no campo, à exclusão da cidadania de milhares de brasileiros, sinalizando seu profundo descaso para com aqueles que lutam pela democratização da terra, pelo que arcará com as responsabilidades decorrentes de tal insensato ato.

Extinguir a Ouvidoria Agrária Nacional é dizer às trabalhadoras e trabalhadores do campo que o estado não os ouvirá mais e que seus gritos não terão eco algum, retrocedendo quase duas décadas de avanço na construção dos direitos humanos no campo.

O Desembargador Gercino José da Silva Filho, que sempre esteve à frente da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, traduz os anseios da sociedade do que seja um verdadeiro servidor público, dada a sua incansável dedicação e sensibilidade no trato das questões agrárias em todo o território nacional, sendo respeitado por segmentos sociais e institucionais.



Quantos “Eldorados dos Carajás”, “Corumbiara”, etc. poderão advir diante da inexistência de uma ação de estado mediadora e pacificadora, como aquelas até então desempenhadas pela Ouvidoria Agrária Nacional e Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo?

Basta um mínimo de sensatez e de responsabilidade para se chegar à inequívoca conclusão de que a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional consubstancia-se em ação desastrosa, cujas consequências recairão diretamente sobre os pobres do campo, isso sem afastar a responsabilidade dos governantes, até mesmo diante de condenações internacionais que incidirão sobre o Brasil.

Os trabalhadores rurais foram surpreendidos por tal decisão, mas já estão mobilizados a exigir o pleno retorno das atividades da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

A Ouvidoria Agrária Nacional não pertenceu aos sucessivos governos desde a sua criação no ano de 1999, mas sim aos homens e mulheres do campo, pelo que esteve afastada de preferências políticas/partidárias.

Ainda há tempo para que esse governo reconsidere sua absurda decisão de extinguir a Ouvidoria Agrária Nacional, suspendendo atividades de desestruturação e desmobilização das dependências onde sempre funcionou tal órgão, além de preservar os comprometidos servidores da OAN.

Exigimos o retorno da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, sob o comando do Des. Gercino José da Silva Filho.

Mas não haverá rendição!

As organizações e movimentos assinam abaixo esta carta de repúdio. Os que concordarem com as opiniões acima, estão convidados a divulgarem e assinarem.

---

**Incra vai usar veículos aéreos não tripulados em ações de reforma agrária e regularização fundiária. Site do INCRA, 07/12/2016.**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vai utilizar Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) para execução de diversas atividades relacionadas às

atribuições da autarquia, a exemplo de: sensoriamento remoto, produção de imagens aéreas, vistoria de imóveis rurais, trabalho de campo para ações de apoio ao georreferenciamento, produção de laudos, monitoramento ambiental, fiscalização cadastral, parcelamento de assentamentos, regularização de territórios quilombolas.

A ação faz parte da modernização tecnológica e de gestão dos recursos humanos em curso no Incra, no sentido de tornar a atuação da autarquia agrária mais eficiente e dar rapidez na realização de atribuições de sua responsabilidade, como: reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária.

Em novembro de 2016, o Incra concluiu processo licitatório para aquisição de três aeronaves não tripuláveis controladas de forma remota ao custo total de R\$ 1,2 milhão.

Os modelos são licenciados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Um deles é a unidade Nauru 500b, da X Mobots. Com autonomia de oito horas, o VANT conta com câmera de 36 megapixels e pode sobrevoar 10 mil hectares num único voo. Outros dois são do modelo Echar 20c, com autonomia de duas horas e meia, câmera full frame de resolução de 36 megapixels e podem percorrer até cinco mil hectares a cada plano de voo.

De acordo como o coordenador geral de Cartografia do Incra, Cláudio Roberto Siqueira da Silva, os veículos aéreos serão entregues com documentação, taxas e tarifas quitadas, além de garantia de 24 meses e suporte logístico contratado por igual período.

#### Apresentação

A exibição de um VANT, similar a uma das aeronaves adquiridas pelo Incra, foi realizada por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) para a direção da autarquia e técnicos que vão trabalhar no mapeamento de áreas utilizando os veículos. Na apresentação foram mostradas as funcionalidades e potencialidades do equipamento. A exibição ocorreu na pista de aerodelismo de Brasília, dia 1 de dezembro de 2016.

O presidente do Incra, Leonardo Góes, que foi um dos que testaram o equipamento, avalia que o uso de aeronaves para realizar atividades da autarquia é um marco no uso de tecnologia de ponta. “O VANT vai otimizar o trabalho do Incra e melhorar a gestão pública. O uso de tecnologia é uma evolução e não tem volta. Será utilizado tanto nas atividades de titulação de lotes da reforma agrária e regularização fundiária e quilombola,

bem como em vistorias e laudos de imóveis rurais”, afirma Góes, acrescentando que a Coordenação de Cartografia do Incra, com seu qualificado corpo técnico, tem padrão internacional, pois serve de modelo para diversos países.

Também esteve presente na apresentação o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Papalardo Arantes, que se diz entusiasta do assunto. “Estamos elevando o patamar do uso de equipamentos no Incra com o VANT. Acredito que vamos aproveitar em massa os veículos não tripulados, com uso em diversas áreas”, afirmou Arantes.

Um dos profissionais do Incra a integrar a equipe que usará os equipamentos é o engenheiro cartógrafo Edaldo Gomes, que qualifica o uso dos veículos não tripulados como uma evolução no mapeamento similar à aerofotogrametria – que é a ciência que permite executar medições precisas utilizando de fotografias métricas e tem por finalidade determinar a forma, dimensões e posição dos objetos contidos numa fotografia, por meio de medidas efetuadas sobre a mesma. Embora a aerofotogrametria apresente uma série de aplicações nos mais diferentes campos e ramos da ciência - como na topografia, geologia, astronomia, medicina, meteorologia -, tem sua maior aplicação no mapeamento topográfico, que é a principal função dos VANTs no Incra. Segundo Edaldo, este tipo de aeronave revoluciona o mapeamento de áreas na mesma proporção que os equipamentos de sistema de posicionamento global (GPS) fizeram com a Geodésia e Agrimensura na década de 90 do século passado.

### Capacitação

Normalmente o uso de uma nova tecnologia requer qualificação apropriada e no caso de VANTs - que têm aquisição e uso regulamentado por diversos órgãos, a exemplo da Força Aérea Brasileira, Centro de Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), Secretaria de Aviação Civil, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) -, o treinamento é mais exigente.

Por conta disso, o Incra estabeleceu uma parceria para capacitação de técnicos com a Universidade de Brasília (UnB) – que já desenvolve, projeta e constrói VANTs movidos à energia elétrica, certificou aeronaves junto a ANAC e treinou servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Essas atividades da UnB são realizadas pelo Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, que executa o

“Projeto  $\mu$ VANT – Micro Veículos Aéreos Não Tripulados”, no qual desenvolve tanto modelos com asa fixa quanto com asa rotativa. O conhecimento desenvolvido pela instituição a faz ser colaboradora na construção da legislação de VANT no Brasil e na formação de pilotos deste tipo de aeronave.

O Termo de Execução Descentralizada (TED) formalizado entre Incra e UnB tem por objeto o treinamento teórico e prático de servidores da Cartografia da autarquia para utilização de VANT, bem como a capacitação no processamento das imagens geradas por estes equipamentos. A capacitação consiste, basicamente, em: treinamento teórico; voo em simulador; voo em terceira pessoa; voo em primeira pessoa; operação de VANT; tratamento de imagens obtidas em ensaios de campo. Ao final da capacitação, os servidores do Incra deverão estar qualificados como pilotos preparados para operar essa aeronave não tripulada em todo o seu ciclo de produção, ou seja: preparação de missões e geração de planos de voo; execução de missões com VANT (pré-voo, voo e pós-voo); tratamento de imagens obtidas.

A fase teórica, que é a primeira do treinamento dos servidores do Incra – formada por profissionais de Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Agrônômica e técnico agrícola -, ocorre entre 1 e 9 de dezembro, em Brasília. Já a fase prática ocorrerá no período de janeiro e fevereiro, nas superintendências onde os servidores estão lotados, sendo que os VANTs serão compartilhados entre os profissionais.

Segundo o instrutor da primeira fase do curso, Luiz Munaretto, os servidores do Incra vão receber qualificação, basicamente, em aerodinâmica, navegação, tráfego aéreo, legislação aplicada ao uso de VANT. “É uma satisfação dar suporte ao Incra na realização de sua missão, usando uma nova ferramenta tecnológica”, disse Munaretto, que é coronel da reserva da Força Aérea Brasileira, foi piloto de provas por 32 anos, trabalha com VANT desde 2005 e é autor do primeiro livro sobre o tema no Brasil, “VANT e drones – aeronáutica ao alcance de todos”.

O TED prevê também o desenvolvimento de sistema de navegação específico para as necessidades do Incra e registro de voo que permita sua visualização em tempo real e a análise dos dados no pós-voo.

Entre os resultados esperados da parceria entre Incra e UnB estão: publicação de três trabalhos técnicos em congressos internacionais; publicação de um artigo científico em periódico; metodologia de treinamento para pilotos de VANT, desenvolvida

especificamente para o Incra; doze aeromodelos para voo em terceira pessoa com características semelhantes aos VANTs para serem utilizados nas fases iniciais do treinamento dos pilotos; cinco aeromodelos para voo em primeira pessoa com características semelhantes aos VANTs, desenvolvido especificamente para esta finalidade e para este projeto, para serem utilizados nas fases finais do treinamento dos pilotos; cinco estações de solo para serem utilizados no treinamento em voo em primeira pessoa; uma licença de software para tratamento de imagem a ser definido no decorrer do projeto.

### Operacionalização

Para viabilizar a operacionalização do uso de veículos não-tripulados no âmbito do Incra, a diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária da autarquia criou um Grupo de Trabalho, que deverá apresentar, em até 150 dias, uma proposta de Manual de Operação de VANT, visando padronizar o uso deste equipamento, considerando: a mobilização, preparação, aplicação e processamento dos resultados dos trabalhos de georreferenciamento com este tipo de aeronave.

O Grupo tem ainda a missão de apresentar, em até 180 dias, uma proposta de Manual Técnico de Sensoriamento Remoto, visando agregar ao Manual Técnico de Limites e Confrontações e Manual Técnico de Posicionamento do Manual de Gestão da Certificação do Incra.

---

### **Com 54 mortes, 2016 já é o ano mais violento no campo desde 2003, diz Pastoral. Site da CONTAG, 07/12/2016.**

O número de assassinatos no campo de janeiro a novembro de 2016 no país já supera a quantidade de casos ocorridos durante todo o ano de 2015, de acordo com levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), vinculada à Igreja Católica. Foram 54 homicídios nos primeiros 11 meses deste ano, quatro a mais que o ano passado inteiro.

Esta marca já faz de 2016 o ano mais violento no campo desde 2003, quando 71 pessoas foram assassinadas. Só em Rondônia, o Estado mais violento em números absolutos, foram 17 homicídios de janeiro a novembro. O Maranhão ficou na posição seguinte, com 12; seguido do Pará, com seis.

A Pastoral da Terra também registrou assassinatos na Bahia (4), em Tocantins (3), Alagoas (2), Amazonas (2), Paraná (2), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Paraíba (1), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (1) e Rio Grande do Sul (1).

Há casos de conflitos por terra e por água. Entre as vítimas, estão camponeses, posseiros, indígenas, líderes quilombolas, um pequeno proprietário de terra, um sindicalista e um funcionário público.

A Pastoral destaca três casos como emblemáticos: os assassinatos da ativista Nilce de Souza Magalhães, em Porto Velho (RO), em 7 de janeiro; do quilombola conhecido como Zé Sapo, em Palmeirândia (MA), em 31 de março; e do indígena Clodioli Aquileu de Souza, em Caarapó (MS), em 14 de junho.

Nilce, conhecida como Nicinha, denunciava violações de direitos atribuídas ao consórcio responsável pela usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. Ela desapareceu em 7 de janeiro, mas seu corpo só foi encontrado cinco meses depois, dentro do lago de Jirau e amarrado a pedras.

Zé Sapo foi assassinado, segundo a Pastoral, em decorrência de um conflito de terra que já dura sete anos. Ele pertencia à comunidade Cruzeiro/Triângulo, que luta pelo reconhecimento de seu território, no Maranhão.

Aquileu, um jovem de 23 anos, foi vítima de um ataque promovido por fazendeiros e pistoleiros. Outros seis indígenas ficaram feridos na ação, incluindo uma criança. Os indígenas haviam ocupado uma fazenda situada em uma área reivindicada por eles em Mato Grosso do Sul.

#### Causas da violência

A Pastoral da Terra diz que vários fatores explicam a violência no campo, inclusive a instabilidade política no país. A impunidade é apontada como uma das principais causas das ações violentas. A comissão vinculada à Igreja Católica classifica como "vergonhosa" a baixa quantidade de mandantes e pistoleiros condenados nas últimas três décadas.

"A grilagem de terra avança em todo território nacional, principalmente na Amazônia, promovendo perseguições, ameaças de morte, assassinatos às lideranças camponesas", alerta a Pastoral em nota.

A comissão também critica o fato de o governo Temer ter extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A pasta foi transformada na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil.

Ouvidoria extinta

Na sexta-feira (2), a Pastoral emitiu uma nota para criticar outra medida do governo Temer: a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional, encarregada justamente de prevenir e mediar os conflitos no campo.

"Sabemos que a Ouvidoria Agrária tinha limites, carecia de melhor estruturação, metodologia e efetividade nos seus encaminhamentos, mas a sua extinção é um assalto aos direitos básicos do sofrido povo do campo", diz a comissão.

A Ouvidoria Agrária foi extinta em 25 de novembro. Com 11 funcionários e 12 profissionais terceirizados, ela havia firmado parcerias que resultaram na formação de uma rede de órgãos especializados em questões agrárias no país.

Outro lado

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, a Ouvidoria será recriada dentro do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), também vinculado à Casa Civil atualmente.

Não há data definida para a recriação. A assessoria de imprensa da secretaria diz que a iniciativa deve acontecer ainda neste ano.

Quanto aos casos de violência no campo, a secretaria contabiliza 53 assassinatos em 2016, ou seja, um a menos que o levantamento da Pastoral da Terra. Além disso, diz que seis homicídios já podem ser confirmados como decorrentes de conflitos agrários, mas que outros 12 não são decorrentes. De acordo com a secretaria, 35 casos ainda estão sob investigação. Segundo os dados da secretaria, foram 34 assassinatos em 2015: 16 já confirmados como decorrentes de conflitos e 18 ainda sob investigação.

---

**Movimentos populares e de Direitos Humanos repudiam violência no campo em Rondônia. Site do MST, 08/12/2016**

“Conclamamos solidariedade a todas as organizações nacionais e internacionais que respeitam a vida e os direitos humanos”

Movimentos populares e de direitos humanos repudiam violência no campo em Rondônia. Além disso, denunciam as investigações policiais sobre os fatos e a ineficiência da Justiça, que fortalece a impunidade e agrava o quadro.

“Na região Amazônica, periferia do país, notadamente em Rondônia, estamos lidando sistematicamente com um banho de sangue, que pouco repercuti na grande mídia nacional, onde as oligarquias rurais que se apossaram do poder público estadual nada farão para frear esta tendência que vai ao encontro de seus próprios interesses”, salienta trecho da nota.

Em 2015, dos 50 casos ocorridos no Brasil, 20 deles foram em Rondônia. Nesse ano, 2016, já ocorreram mais de 18 execuções. De acordo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre janeiro e novembro deste ano, foram registrados 54 homicídios provocados por disputas por terras, superando os 50 mortos em 2015. Com o índice, o ano de 2016 já configura como o mais violento no campo desde 2003, quando 71 foram mortos no campo.

Diante do agravante cenário, em outubro deste ano, o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, através de seu Grupo Animador apresentou uma ação urgente relativo às graves violações de direitos humanos em curso que atingem defensoras e defensores de direitos humanos (DDHs) e movimentos sociais que atuam pelo direito a terra e território no estado de Rondônia.

Confira abaixo a nota.

Movimentos populares e de direitos humanos repudiam violência no campo em Rondônia  
Manifestamos nosso repúdio à violência cada vez mais brutal e recorrente contra defensores de direitos humanos em Rondônia, bem como, conclamamos solidariedade a todas as organizações nacionais e internacionais que respeitam a vida e os direitos humanos.

No último período, a criminalização e o extermínio tornaram-se a regra, colocando o estado como o primeiro do país em assassinatos a lideranças de movimentos sociais



camponeses de luta pelo direito a terra. No ano de 2015, entre os 50 casos ocorridos no Brasil, 20 deles foram em Rondônia. Nesse ano, 2016, já ocorreram mais de 18 execuções. Em face desse grave cenário, em 27 de abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) repudiou publicamente tais fatos.

Além da grande incidência de casos, as investigações policiais e o trato da Justiça têm sido extremamente precários e insuficientes, nutrindo impunidade e fomentando o agravamento do quadro. Ainda mais assustadora é a larga participação de agentes públicos em atividades paramilitares, as quais ocorrem de forma cada vez mais ousada, com armamentos pesados e à luz do dia. Um destes grupos foi alvo recente de operação da Polícia Federal, na região de Jaru, que levou a prisão de 11 policiais militares em um grande esquema que envolve também agentes penitenciários e policiais civis. Esses motivos provocaram com urgência uma missão de relatoria do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) no início do mês de junho em Rondônia.

Diversas denúncias de ameaças e tentativas de homicídio estão sendo apresentadas, mas mesmo em casos graves, as pessoas perseguidas permanecem por meses aguardando a inclusão no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), sem contar a necessidade de recorrer ao programa federal, uma vez que, na esfera estadual não é oferecido, mesmo diante de uma demanda tão acentuada.

Neste semestre, a advogada popular Lenir Correia Coelho foi forçada a sair do Estado de Rondônia após sofrer uma série de ameaças em face de sua atuação na proteção de outros defensores de direitos humanos ameaçados. O Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) encaminhou para Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 24 de outubro pedido de ação urgente para que instem o governo brasileiro e, especificamente, o governo estadual de Rondônia, a tomar medidas imediatas que cessem as violações em curso e que impeçam que novas violações aconteçam.

A sociedade brasileira vive tempos sombrios, em que direitos fundamentais são ferozmente atacados ao arripio do Estado Democrático de Direito e da Democracia. Na região Amazônica, periferia do país, notadamente em Rondônia, estamos lidando sistematicamente com um banho de sangue, que pouco repercuti na grande mídia nacional, onde as oligarquias rurais que se apossaram do poder público estadual nada farão para frear esta tendência que vai ao encontro de seus próprios interesses.

**Com Temer, a questão indígena retrocede. Murilo Matias. Site do MST, 10/12/2016.**

Os poucos avanços da era petista estão sob risco e a ofensiva ruralista ameaça o estilo de vida de muitas etnias

Muito cacique para pouco índio. A tradicional expressão brasileira que sugere excesso de autoridades para um reduzido número de seguidores inverte-se na realidade vivenciada pelos índios na política nacional.

Ausentes nos espaços de poder, os indígenas veem seus dramas se intensificarem, com a fragilização da Fundação Nacional do Índio (Funai), a ofensiva da bancada ruralista e o massacre de etnias impulsionado pela guerra de especuladores do agronegócio, percebida por muitos como a continuação de um genocídio.

Resta aos indígenas lutar pelas reservas, mas mesmo essa solução está longe do ideal. O próprio conceito de reserva, centro do conflito entre indígenas e agricultores, não atende às necessidades dos povos. "Lutamos pela demarcação, mas a prioridade das comunidades é a sustentabilidade. Não adianta a terra estar demarcada e desassistida", diz o cacique Rafael Weere, liderança do PDT. "Vivíamos como nômades e agora estamos ilhados. Os recursos naturais diminuem e a população aumenta. O governo deveria nos garantir alternativas", afirma.

Weere é neto de Mario Juruna, único índio deputado federal pelo Brasil. Parlamentar durante a ditadura, Juruna defendia causas populares, a principal, a volta da democracia. Filho da floresta, não seria filhote da ditadura. Respalhado por Leonel Brizola, que o levou ao Rio de Janeiro, instalando-o em Santa Teresa, elegeu-se pelo PDT em 1982 com mais de trinta mil votos.

"Quando os governantes souberam que fui eleito declararam que o povo não sabe votar porque havia eleito um exótico de tanga. Respondi que vinha pra incomodar", disse Juruna em uma de suas históricas subidas à tribuna da Câmara.

A história do Xavante remete à invasão de sua tribo em Mato Grosso. Viu a chegada do branco, da carabina e da doença, conforme sua descrição. Para evitar o extermínio, buscou

o convívio com aqueles que aportavam. A semelhança é com os anos 1500, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, mas tratava-se dos idos de 1900.

A contínua repressão precisava ser denunciada e com isso a trajetória política do cacique se iniciou nos anos 70. Visto sempre com um gravador, cobrava atitudes da Funai, já à época contestada pelos indígenas. "Passei a trazer comigo um gravador como arma contra as promessas mentirosas das autoridades", dizia.

Em repetidas ocasiões, Juruna exigiu a demissão de dirigentes da entidade. No seu mandato, terminado em 1986, votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que previa voto direto para Presidência da República. Derrotado, restou escolher Tancredo Neves a Paulo Maluf, na eleição restrita ao colégio eleitoral.

Nos demais campos, alertou para o crescente desmatamento e apoiou greves ao lado de nomes da projeção de Abdias do Nascimento e Eduardo Suplicy, eleito vereador em São Paulo em outubro passado. "Graças à chegada de Juruna na Câmara descobrimos que temos muitas lições a aprender com os índios. Percebemos como é importante alguém externar as dores do seu povo e aquilo que constitui um sentimento nacional", destacou Suplicy em 83.

Juruna trouxe visibilidade à causa. Criou a Comissão do Índio, atualmente sem atividades, para dar paridade às disputas que se colocavam diante do homem branco. "O índio autêntico é dono do Brasil. O branco está roubando a terra do índio, somos injustiçados e sacrificados. Vim aqui para defender a minha gente", afirmava.

Três décadas de silêncio na democracia

Da atuação de Juruna já se vão 30 anos de ausência de indígenas no parlamento. Para rearticular seu movimento indígena, o PDT tem promovido encontros em comunidades. A tentativa pode refletir o alinhamento dos trabalhistas com uma bandeira partidária, como pode transformar-se em um nicho a ser explorado eleitoralmente.

Os Xavantes do Centro-Oeste foram os primeiros a participar. A fronteira agrícola da soja na região torna dramática a vida de etnias exprimidas por latifundiários do grão mais exportado pelo Brasil. Ali, uma das principais forças políticas é o ex-governador de Mato Grosso Blairo Maggi (PP), o "rei da soja" e atual ministro da Agricultura.

Os ruralistas são temidos pelos índios, ferrenhamente contrários à PEC 215, que dá ao Congresso a possibilidade de arbitrar sobre as demarcações, retirando a exclusividade da

União. A medida foi aprovada pela Comissão da Demarcação de Terras Indígenas, mas ainda não avançou.

No texto da comissão, há uma menção a uma disputa no Rio Grande do Sul classificada como "manipulação criminosa do processo de demarcação de terras". Os pequenos proprietários dizem ter a documentação da terra, reivindicada pelos indígenas. Como em boa parte do País, ambos estão no limbo criado pela inoperância do Executivo, que nunca resolveu as pendências atribuídas a ele.

"Para nós o Congresso decidir sobre as demarcações é a morte. Não somos inimigos dos pequenos agricultores, e sim dos grandes plantadores de soja, dos criadores de gado", afirma o cacique Weere.

A recriação, em agosto, da CPI da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, não deve incluir as etnias no debate. Na primeira versão da CPI – encerrada sem relatório – estava o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), conhecido por declarar que "quilombolas, índios e gays são tudo que não presta".

A violência atual encontra marcas no passado. Recentemente, a Cruz Vermelha documentou crimes da ditadura relacionando trabalhos forçados, miséria e doenças que levaram povos à beira do extermínio. Em tempos de aparente democracia, a instabilidade na Funai demonstra o descaso com o tema.

João Pedro Gonçalves da Costa, que esteve 352 dias na presidência da Funai, foi exonerado em junho com o afastamento de Dilma Rousseff do Planalto. Desde então, a entidade não tem titular. A possibilidade de o militar Franklimberg de Freitas assumir e o risco de o órgão transformar-se em feudo do Partido Social Cristão (PSC) mobilizam organizações contra os planos do governo.

A inclusão dos povos

Diante do quadro, políticas públicas da última década estão ameaçadas. A presença de índios em universidades a partir das cotas é uma das tentativas de amortizar as injustiças. O retorno dos estudantes às suas terras estabelece vínculos sólidos entre os indígenas e a sociedade.

A inclusão em programas federais com a presença de profissionais advindos do Mais Médicos, que passaram a conviver intensamente com as comunidades, juntamente com

recursos do Bolsa Família, foram importantes avanços das gestões petistas. Nunca houve, entretanto, a elaboração de uma agenda específica para o segmento.

A inédita prioridade ao social, incluindo quilombolas e indígenas, possibilitou ações como o Carteira Índigena. Concebido em 2004, atendeu associações ao desenvolver projetos entre 10 mil e 50 mil reais – em Pernambuco uma etnia tornou-se a segunda produtora de arroz do estado após o programa.

Com a suspensão de novos contratos em 2009, a assistência técnica e extensão rural foram potencializadas. Em cinco anos, foram atendidas 17 mil famílias de 30 etnias para um orçamento de 104 milhões de reais.

"O projeto foi interrompido com o golpe. Estamos pensando para garantir os recursos pactuados. Instituições estão em situação perigosa diante da falta de repasses", enfatiza Luiz Fernando Machado, ex-coordenador de Política para Povos Indígenas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto com a saída de Dilma. "Desde o estado de exceção, não existe terra indígena em processo de demarcação", afirma.

Para os indígenas, o governo Temer indica o desmonte de medidas que vinham funcionando. "O acesso às políticas sociais pelos índios contribui para que as comunidades possam sair de um cenário de vulnerabilidade.

O ataque a esses direitos coloca em risco a vida dos povos, a exemplo da PEC que congela por 20 anos os investimentos em áreas sociais", alerta o indígena Weibe Tapeba, eleito vereador pelo PT em Caucaia, a segunda maior cidade do Ceará.

Como resolver a situação?

O caso de Tapeba é exceção em um cenário de falta de representação política, mas a disputa eleitoral dificilmente apresenta candidatos indígenas. Sobram relatos de compra de votos, troca de apoio por cestas básicas e promessas infundadas na véspera de eleições.

Ultrapassando obstáculos dessa ordem, o professor Isaac Pyânko (PMDB) tornou-se o primeiro prefeito índio do Acre, em Marechal Thaumaturgo. No Brasil, o blog De Olho nos Ruralistas aponta a eleição de mais de cem vereadores indígenas espalhados pelas cinco regiões. PSDB e PT foram os que mais elegeram representantes.

"Não acredito ser possível a inserção de indígenas no Congresso nos padrões atuais. O caminho é a reforma política", afirma Rodrigo Arajeju, diretor do documentário Índios no Poder. "Na Colômbia estabeleceram duas cadeiras na Câmara para indígenas, votados pelas populações dos Povos. Proposta similar foi apresentada pelo deputado Nilmário Miranda, mas não decolou", diz.

Outra referência está na Bolívia, nação de maioria indígena que somente em 2006 elegeu o primeiro índio como presidente. Evo Morales nacionalizou setores da economia e implementou uma progressiva reforma agrária. A mudança, que renomeou o país como o Estado Plurinacional da Bolívia, em reconhecimento aos povos originários, traduz a direção cultural da gestão há dez anos no poder. "Nosso povo, muitas vezes, elege os não-indígenas. Participamos das eleições, mas nunca olham para nós", diz Weere.

---

### **Movimentos do campo lançam manifesto contra a reforma da previdência. Site do MST, 11/12/2016.**

O documento assinado por diversas organizações o governo golpista pela retirada de direitos de seguridade social

Movimentos e organizações camponesas lançam um manifesto contra a reforma da previdência do governo golpista de Michel Temer.

De acordo os movimentos, os impactos dessa reforma serão tremendos e exigem que o governo apresente publicamente as contas da seguridade social para justificar as mudanças. "Isso comprovaria a fraude que essas representam."

O manifesto denuncia ainda o golpe e o controle do Estado Brasileiro pelo Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a Globo que seguem a lógica de exploração máxima dos trabalhadores.

"Lutaremos em todos os cantos do Brasil, com todos os nossos meios de pressão e em todas as instâncias contra a aprovação desta lei e vamos cobrar de todos os deputados e senadores que receberam votos das famílias agricultoras para que rejeitem o projeto de lei que golpeia duramente quem alimenta o país", finaliza manifesto.

Confira abaixo na íntegra.

## MANIFESTO DOS MOVIMENTOS DO CAMPO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional a sua proposta de Lei para a Reforma da Previdência Social no Brasil.

As principais mudanças que atingem todos os trabalhadores/as são o aumento da idade mínima para aposentadoria aos 65 anos de idade para homens e mulheres e tempo de serviço para 49 anos de trabalho para ter direito a aposentadoria integral.

Em relação aos agricultores/as familiares, camponeses/as e trabalhadores/as rurais as mudanças propostas são radicais e profundas:

1º - Extingue a figura jurídica de segurado especial, sistema solidário/contributivo de Previdência, criado ainda nos Governo Militar e consolidado com a Constituição de 1988, que garante uma aposentadoria de um salário mínimo para os homens, aos 60 anos e para as mulheres aos 55 anos, com a comprovação de atividade agrícola por no mínimo 15 anos. No entanto, os Militares e as Polícias Militares que também possuem um sistema diferenciado continuaram sendo Segurados Especiais.

2º - Obriga os agricultores/as familiares, camponeses/as e trabalhadores/as rurais a ingressar no sistema do INSS, com pagamento mensal em dinheiro, para ter acesso à aposentadoria aos 65 anos, com a comprovação de pagamento de INSS por 25 anos.

3º - Os Benefícios de Prestação Continuada, que hoje é concedida a pessoas idosas pobres com mais de 65 anos que não tem acesso aos benefícios previdenciários, e para Pessoas com Deficiência que recebem um Salário Mínimo Mensal, pelo Projeto Golpista, aumenta a idade para 70 anos e desvincula o benefício do Salário Mínimo, pagando menos que este salário para o mais de 4,5 milhões de pessoas que hoje sobrevivem com um mínimo de dignidade com esta renda.

4º - As pensões por viuvez serão reduzidas a 50% e do salário mínimo e não podem mais ser acumuladas com a aposentadoria.

5º - Se aprovada a lei os agricultores/as familiares, camponeses e assalariados rurais que não estiverem em dia com a contribuição mensal, não terão acesso ao auxílio doença, aposentadoria por invalidez e nem licença maternidade.

Os impactos dessa reforma serão tremendos sobretudo nos municípios de economia de base local, onde pensões e aposentadorias giram o comércio mensalmente, dentre os impactos citamos:

- As consequências para o comércio local, a renda e a viabilidade econômica dos pequenos e médios municípios do interior do Brasil serão enormes, pois se a lei for aprovada, por dez anos não haverá novos aposentados diminuindo a renda em todas as atividades econômicas destes municípios.
- As consequências destas medidas só podem ser descritas como crueldade, desrespeito, perversidade e violência social.
- Os mais violentados são os idosos, as pessoas com deficiência, os doentes e as mulheres.
- Ainda mais quando os privilégios dos militares são mantidos e o presidente e grande parte dos seus ministros se aposentaram com 53 anos com salários superiores a R\$ 15.000,00 por mês.
- Quem alimenta o Brasil, os agricultores e agricultores que produzem 70% da comida que vão todos os dias para as mesas do povo brasileiro, estão sendo atacados e desrespeitados.
- Os capitalistas tomaram de assalto o Estado Brasileiro, deram um Golpe, e agora estão mostrando as garras e usando o controle do Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a Globo para explorar ao máximo os trabalhadores. Diante disto, os Movimentos abaixo assinados, afirmam:
  - \* Rejeitamos, rechaçamos e vamos combater com todos os nossos meios e forças de pressão, este projeto perverso;
  - \* Defendemos a garantia Constitucional da Legislação de Segurado Especial e do Salário Mínimo como referência para qualquer benefício;
  - \* Defendemos os atuais limites de idades para acesso aos benefícios;



\* Exigimos que o governo apresente publicamente as contas da seguridade social para justificar as mudanças, pois isso comprovaria a fraude que essas representam;

\* Exigimos que o governo explique porque não mexe nos juros e outros serviços do capital ao invés de retirar direitos dos mais pobres, mulheres, pessoas com deficiência como saída para “resolver” as questões da previdência.

Nos mobilizaremos e lutaremos em todos os cantos do Brasil, com todos os nossos meios de pressão e em todas as instâncias contra a aprovação desta lei e vamos cobrar de todos os deputados e senadores que receberam votos das famílias agricultoras para que rejeitem o projeto de lei que golpeia duramente quem alimenta o Brasil.

---

### **Governo autoriza projeto de irrigação em assentamento no Norte da Bahia. Site do MST, 12/12/2016.**

Em Ponto Novo, por exemplo, serão beneficiados 35 apicultores, 15 destes inseridos agora na cadeia produtiva

Em Ponto Novo, município localizado no norte da Bahia, o governador do estado, Rui Costa (PT), assinou neste último sábado (10) uma ordem de serviço que autoriza a implantação de projetos de irrigação, piscicultura e a construção de uma agro indústria no Pré Assentamento Nelson Mandela.

A ordem de serviço cumpre o objetivo de viabilizar a ampliação da produção em uma região onde mais 150 mil baianos residem, garantindo o acesso dos cidadãos a equipamentos de tecnologia francesa para estruturar a barragem local, aumentando a capacidade de reserva em 24%.

No ato de assinatura, estiveram presentes, além dos moradores e moradoras de Ponto Novo, representantes políticos e lideranças de Movimentos e Organizações Sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o MST.

Bahia Produtiva

As iniciativas fazem parte do programa “Bahia Produtiva” que é uma ação do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, voltada para financiar

projetos de inclusão produtiva e acesso ao mercado, socioambientais, de abastecimento de água e esgotamento sanitário, atendendo o interesse das comunidades mais pobres nos 27 Territórios de Identidade do Estado.

Segundo dados do governo, estão sendo investidos desde 2015, ao longo de 5 anos, US\$ 260 milhões. Em Ponto Novo, por exemplo, serão beneficiados 35 apicultores, 15 destes inseridos agora na cadeia produtiva.

As famílias do pré-assentamento estão a um ano e sete meses cultivando hortaliças e legumes para comercialização, além dos produtos dos quintais produtivos, que a algum tem garantido o sustento dos assentados e assentadas.

#### Conquista coletiva

A área está localizada ao lado de um acampamento do MPA, onde 30 famílias também se beneficiarão com a implantação da ordem de serviço. Para o MST, a unificação da luta agora é fundamental.

Pensando nisto, Socorro Varela, da direção estadual do MST, destacou que através da unidade as conquistas avançam e isso dá fôlego para as lutas permanecerem acontecendo. “Podemos ver no semblante dos acampados e assentados o entusiasmo em ver que o processo de conquista da terra está em andamento”.

---

#### **TRF1 determina terras para reforma agrária em Anapu (PA). Site da CPT, 12/12/2016.**

Em 1997, houve uma ação para decretar o cancelamento dos registros imobiliários existentes em relação ao lote 69 da Gleba Bacajá, integrante do município de Anapu (PA), que pertencia a Tadasy Simokomaki. Em 2002, a empresa Santa Helena Participações Ltda. alegou que havia adquirido o imóvel de Tadasy, ingressando com apelação para reverter a sentença de desocupação.

Para o procurador regional da República Felício Pontes Jr., o caso é um exemplo de grilagem de terras numa área de grande tensão, conhecida por ser a campeã nacional de assassinatos rurais. Segundo ele, dezenas de famílias estão acampadas próximas ao local aguardando assentamento. “Todos os registros datam de momentos posteriores à

determinação judicial de cancelamento do registro em nome de particular, o que evidencia que a empresa jamais poderia ser proprietária da área pública”, explica.

Tadasy Simokomaki adquiriu o lote em meados dos anos 1970, durante o programa de ocupação da Amazônia desenvolvido pelo Governo Federal. À época, os lotes eram vendidos a preços muito baixos para que pessoas interessadas ocupassem a região e a tornassem produtiva. Entretanto, Simokomaki não cumpriu condições previstas no contrato, como a implantação de anteprojeto de exploração econômica do terreno. O descumprimento dessas condições tornava o contrato nulo e, em consequência, o cancelamento dos registros imobiliários existentes, não podendo a Santa Helena Participações Ltda ter adquirido essas terras públicas depois de decisão judicial definitiva.

---

### **Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União. Site da CPT, 13/12/2016.**

O agronegócio leva nas costas, como alegam seus defensores, as contas do Estado brasileiro? Segundo o relatório Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, publicado pela Oxfam, não. Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mostram que 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra devem R\$ 906 bilhões, uma dívida maior que o PIB de 26 estados.

O montante é equivalente a metade do que todo o estado brasileiro arrecadou em 2015. Ou aproximadamente 22 petrolões.

Cada um dos 4.013 devedores tem dívidas acima de R\$ 50 milhões. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há um grupo ainda mais seleto de 729 proprietários que declararam possuir 4.057 imóveis rurais, somando uma dívida de R\$ 200 bilhões. As terras pertencentes a esse grupo abrangem mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

O Incra estima que com essas terras seria possível assentar 214.827 famílias – considerando o tamanho médio do lote de 30,58 ha/famílias assentadas. Em outras palavras, seria possível atender, com as terras dos maiores devedores do Estado brasileiro,

o dobro das 120 mil famílias que estavam acampadas demandando reforma agrária em 2015.

Em vez de cobrar os débitos, porém, o governo Temer editou em junho a Medida Provisória nº 733, concedendo mais privilégios ao setor. Segundo o relatório da Oxfam, a MP permite que produtores rurais inscritos em Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações de securitização e Programa Especial de Saneamento de Ativos liquidem o saldo devedor com bônus entre 60% a 95%. Por exemplo, dívidas acima de R\$ 1 milhão devem ter descontos de 65%.

#### Injustiça fiscal com desoneração

O relatório aponta outra peculiaridade: a isenção de diversos impostos. A Lei Kandir, editada em 1996, isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Segundo o relatório, essa desoneração gera perdas em torno de R\$ 22 bilhões por ano aos estados. Com promessa de ressarcimento. Entretanto, só são ressarcidos 12% da isenção. Em 2014, a bancada ruralista emplacou mais uma benesse fiscal para o setor: a isenção de 9,25% na cobrança do PIS e Confins na venda de soja para todos os fins comerciais.

O relatório alerta também para a ineficácia do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), principal tributo no meio rural brasileiro. Apesar da progressividade do imposto em relação ao tamanho e utilização do terreno, a cobrança é responsável por apenas 0,0887% da carga tributária em 2014, porcentual médio constatado desde os anos 1990.

A injustiça fiscal do ITR fez com que os grandes e médios proprietários passassem a pagar menos imposto por hectare, caindo a média de R\$ 1,59 por hectare em 2003 para R\$ 1,52 em 2010, segundo os dados das áreas totais cadastradas no SNCR.

Ligada à Universidade de Oxford, a Oxfam está presente em 94 países.

---

**Famílias acampadas há 10 anos renovam as esperanças com legitimação de área. Site do MST, 13/12/2016.**

Para Armando, da direção estadual do MST, a legitimação do Beira Rio foi uma grande conquista, pois reacende o espírito de luta dos trabalhadores

Na manhã da última sexta-feira (09), cerca de 30 famílias Sem Terra, do acampamento Beira Rio, localizado em Casa Nova, no norte da Bahia, realizaram um ato simbólico e “místico” legitimando o processo de desapropriação da fazenda Santa Rita, onde residem há mais de 10 anos.

O ato aconteceu durante um café da manhã que contou com a participação de amigos do MST e da direção do Movimento.

Para Armando, da direção estadual do MST, "a legitimação do Beira Rio foi uma grande conquista, pois reacende o espírito de luta dos trabalhadores".

Por outro lado, Jovanildo de Jesus, também da direção do MST, afirmou que essa conquista foi mais um passo dado para o processo de construção da Reforma Agrária Popular.

“A reforma que queremos tem como objetivo não só a conquista da terra. Queremos também a conquista da soberania alimentar, igualdade social, saúde e educação, além de conquistar mais direitos e garantir a preservação dos já existentes”.

No acampamento, as famílias produzem uma grande diversidade de alimentos. O cultivo de fruticulturas para comercialização e consumo se destaca, isso em um cenário de luta travada contra o conglomerado de monoculturas do agronegócio existentes na região.

Aguardado ansiosamente por cada trabalhador e trabalhadora, o próximo passo previsto é a entrega do documento que afirma o processo de desapropriação da área que, com certeza, será recebido com muita festa.

---

### **Incra e Governo do Piauí entregam títulos definitivos a agricultores familiares. Site do INCRA, 13/12/2016**

Superintendência Regional do Incra no Piauí e o Governo do Estado entregaram 616 títulos definitivos de terras a agricultores familiares que ocupavam imóveis rurais

pertencentes ao patrimônio imobiliário estadual. A solenidade de entrega ocorreu na segunda-feira (12), em Teresina, no Palácio de Karnak – sede do Governo do Estado.

Dos 616 imóveis rurais, 306 foram regularizados pelo Incra em parceria com o Governo do Estado, por meio do Instituto de Terras do Piauí (Interpi). Nessa ação conjunta, foram regularizados 292 imóveis rurais no município de Colônia do Piauí e 14 imóveis em Santo Inácio do Piauí.

A agricultora do município de Altos, Joana Gomes de Sousa, falou em nome de todas as famílias que foram beneficiadas com a entrega dos títulos de terra. “Com esse título podemos continuar morando na terra, criando nossos bichos e podemos ter acesso ao crédito bancário e outros programas do governo”.

Segundo o superintendente regional do Incra/PI, Howzembergson de Brito Lima, o termo de cooperação técnica da autarquia federal com o Governo do Estado está proporcionando a entrega de títulos definitivos para muitas famílias e contribuindo com a regularização fundiária do Piauí. “Informamos que a ação de regularização fundiária não vai parar. Queremos levar a segurança jurídica da terra para as famílias”, disse.

O trabalho do Incra e Interpi consiste em regularizar e georreferenciar imóveis pertencentes ao patrimônio imobiliário do estado que estão sob o regime de posse de famílias de agricultores familiares, com a emissão do título de propriedade. Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias, o Estado tinha uma dívida com essas famílias. “Era uma dívida que o Estado tinha com vocês e agora com esse documento a terra é de vocês. Essa ação é boa para todo mundo, para as famílias, para o Brasil, Piauí e municípios. As famílias podem ir ao banco, ao Incra e ter acesso aos programas, financiamentos, ao Pronaf. É um dinheiro que vai circular. Esse pedaço de terra que pertencia ao setor público agora pertence às famílias”, explicou Dias.

Para o Interpi, é de suma importância a parceria com o Incra. “As famílias que estão recebendo os títulos definitivos. Muitas delas, estão de trinta a quarenta anos aguardando esses documentos. Com o Incra, o Interpi já vem realizando trabalhos de georreferenciamento e cadastramento nos municípios de Campinas do Piauí, Floresta do Piauí, Santo Inácio do Piauí e Colônia do Piauí”, destacou a diretora geral do Interpi, Regina Lourdes.

A ação faz parte do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, desenvolvido pelo Incra, que tem como objetivo viabilizar a atualização de dados junto aos registros imobiliários. As áreas são cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e é realizada a inserção de dados na base cartográfica do Incra/Interpi.

---

**Incra entrega contrato de concessão de uso da terra a comunidade quilombola paraibana. Site do INCRA, 14/12/2016.**

A comunidade quilombola Engenho do Bonfim, no município paraibano de Areia, a cerca de 120 quilômetros de João Pessoa, já tem em mãos o título provisório das terras que ocupa. A entrega do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da área total do território, correspondente a 122 hectares, às 21 famílias moradoras do local ocorreu dia 5 de dezembro, em evento realizado na própria comunidade.

O CCDRU garante a posse da área até que sejam concluídas pela Justiça Federal as ações de desapropriação de imóveis incidentes sobre o território quilombola. Após a conclusão desta fase, ocorre a emissão dos títulos definitivos das terras à comunidade.

Além do superintendente do Incra na Paraíba, Solon Alves Diniz, participaram da solenidade de entrega do contrato de concessão de uso o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária da autarquia, Rogério Papalardo Arantes, a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto, Isabelle Picelli, e a responsável pelo setor de regularização fundiária quilombola no Incra da Paraíba, Maria Ester Fortes. Além disso, participaram também representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano, apoiadores da comunidade, como a Associação de Apoio às Comunidades Quilombolas da Paraíba (Aacade) e representantes das comunidades quilombolas Matão, Grilo e Engenho Mundo Novo.

O diretor Rogério Arantes destaca que se trata de um marco, tanto para a sede quanto para a regional da autarquia, por ser a primeira titulação quilombola da Paraíba. “É uma comunidade extremamente organizada, com vida produtiva intensa”, afirma, ao citar que os moradores abastecem a região e a capital paraibana com frutas e verduras sem uso de agrotóxicos.

História

A história da comunidade está relacionada à da família Barbosa da Silva, dona de engenhos na região. Na área onde vivem os integrantes da comunidade quilombola, ainda existe a antiga casa grande, além das construções onde funcionavam engenhos de rapadura e de cachaça.

As famílias que constituem a comunidade são descendentes daquelas que se estabeleceram no local no início do século XX na condição de trabalhadores nos canaviais existentes, nas plantações de agave e nos engenhos. Ali trabalhavam e viviam, com a possibilidade de manterem uma roça para subsistência e plantarem cana como meeiros.

Atualmente, os membros da comunidade, a partir do trabalho conjunto, produzem frutas e verduras orgânicas vendidas no comércio local do município de Areia, além de fazerem entregas na capital paraibana. Também vendem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O presidente da associação representativa da comunidade de Bonfim, Geraldo Gomes de Maria, ressaltou em sua fala a importância que o acesso ao território teve para melhoria de vida da comunidade. A imissão na posse da área pelo Incra e o retorno da comunidade à totalidade da área ocorreu em 2011. Desde então, o grupo aumentou e diversificou sua produção agrícola. Geraldo reforçou que nesse período solicitaram a suspensão do benefício da cesta básica para a comunidade do Bonfim, pois a produção se tornou suficiente para seu consumo e comercialização, que se tornou a base econômica da comunidade.

---

**Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União. Cauê Seignemartin Ameni. Site do MST, 14/12/2016.**

Relatório da Oxfam revela dívidas astronômicas, que, se pagas, assentariam 214 mil famílias; e governo Temer quer anistiar setor

O agronegócio leva nas costas, como alegam seus defensores, as contas do Estado brasileiro? Segundo o relatório Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, publicado pela Oxfam, não. Dados da Procuradoria-Geral



da Fazenda Nacional mostram que 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra devem R\$ 906 bilhões, uma dívida maior que o PIB de 26 estados.

O montante é equivalente a metade do que todo o estado brasileiro arrecadou em 2015. Ou aproximadamente 22 petrolões.

Cada um dos 4.013 devedores tem dívidas acima de R\$ 50 milhões. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há um grupo ainda mais seleto de 729 proprietários que declararam possuir 4.057 imóveis rurais, somando uma dívida de R\$ 200 bilhões. As terras pertencentes a esse grupo abrangem mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

O Incra estima que com essas terras seria possível assentar 214.827 famílias – considerando o tamanho médio do lote de 30,58 ha/famílias assentadas. Em outras palavras, seria possível atender, com as terras dos maiores devedores do Estado brasileiro, o dobro das 120 mil famílias que estavam acampadas demandando reforma agrária em 2015.

Em vez de cobrar os débitos, porém, o governo Temer editou em junho a Medida Provisória nº 733, concedendo mais privilégios ao setor. Segundo o relatório da Oxfam, a MP permite que produtores rurais inscritos em Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações de securitização e Programa Especial de Saneamento de Ativos liquidem o saldo devedor com bônus entre 60% a 95%. Por exemplo, dívidas acima de R\$ 1 milhão devem ter descontos de 65%.

## INJUSTIÇA FISCAL COM DESONERAÇÃO

O relatório aponta outra peculiaridade: a isenção de diversos impostos. A Lei Kandir, editada em 1996, isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Segundo o relatório, essa desoneração gera perdas em torno de R\$ 22 bilhões por ano aos estados. Com promessa de ressarcimento. Entretanto, só são ressarcidos 12% da isenção. Em 2014, a bancada ruralista emplacou mais uma benesse fiscal para o setor: a isenção de 9,25% na cobrança do PIS e Confins na venda de soja para todos os fins comerciais.

O relatório alerta também para a ineficácia do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), principal tributo no meio rural brasileiro. Apesar da progressividade do imposto em relação ao tamanho e utilização do terreno, a cobrança é responsável por apenas 0,0887% da carga tributária em 2014, porcentual médio constatado desde os anos 1990.

A injustiça fiscal do ITR fez com que os grandes e médios proprietários passassem a pagar menos imposto por hectare, caindo a média de R\$ 1,59 por hectare em 2003 para R\$ 1,52 em 2010, segundo os dados das áreas totais cadastradas no SNCR.

Ligada à Universidade de Oxford, a Oxfam está presente em 94 países.

---

### **CONTRAF BRASIL não vai recuar na Luta em defesa da Agricultura Familiar. Site da FETRAF, 14/12/2016.**

Em meio aos bombardeios da polícia, agricultores familiares reafirmam a luta para garantir os direitos que parlamentares querem acabar

O cenário nas ruas foi de resistência aos ataques policiais nesta terça-feira 13 de dezembro, quando senadores acomunados com as arbitrariedades de Temer votaram a favor da PEC 55, chamada PEC da Morte, que congela investimentos na saúde, educação, agricultura familiar entre outros direitos fundamentais, que eram protegidos pela Constituição Federal de 88.

Bombas, gás de pimenta, coronhadas foi o que a polícia deu a milhares de manifestantes, jovens, mulheres, trabalhadores, agricultores familiares e mais aqueles que foram às ruas na tentativa de evitar que seus direitos sejam roubados pela massa política que promove a ruína da Carta Magna.

Ainda assim, com a guerra civil acontecendo nas cidades, os senadores taparam os ouvidos e olhos para o clamor da sociedade e aprovaram a PEC da Morte.

“Esse Governo demonstra cotidianamente que não veio para agir no interesse coletivo. Ele também não tolera a voz do povo e tirou até nossa autonomia de se manifestar”, lamenta Marcos Rochinski, coordenador da CONTRAF BRASIL.

Com uma coleção de ex-ministros e ministros que estão na mira das investigações de corrupções, muitos deles condenados, o Governo segue com propostas que vão violar cada vez mais o direito dos trabalhadores, como a PEC 287, da Reforma da Previdência.

Para a CONTRAF BRASIL, é necessário que a ordem no país seja reestabelecida. “O Governo que está à frente não é aquele colocado na presidência pelo voto popular, logo suas propostas não são as que o povo escolheu”, enfatiza Rochinski.

A CONTRAF BRASIL continua a somar com as organizações, no enfretamento as medidas que retiram os direitos já garantidos. “Na perspectiva de superar toda essa fragilidade social e política que vivemos é necessário que se realize eleições diretas para reestabelecer a ordem democrática do nosso país”, afirma o coordenador.

---

### **Lideranças da Agricultura Familiar reivindicam agilidade do Inca nas questões fundiárias do Pará. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 15/12/2016.**

Agricultores Familiares sofrem com a falta de políticas públicas e reivindicam além da urgência na desapropriação de áreas ocupadas medidas que reestruturem a política de Reforma Agrária

A urgência na aquisição de terras para a Reforma Agrária, desapropriação de 39 áreas ocupadas por acampados no Pará, a violência no campo, assistência técnica para agricultores familiares e trabalhadores rurais, cestas básicas para as famílias, o retorno da Ouvidoria Agrária Nacional, a disponibilização de áreas para o plantio coletivo e desapropriação de imóveis rurais foram as pautas discutidas entre gestores do Inca e lideranças da CONTRAF BRASIL e Fetraf do Pará nessa quarta-feira 14 em Brasília.

Na reunião, o coordenador geral da CONTRAF BRASIL Marcos Rochinski solicitou a realização de agendas entre o Inca, Vale S.A e Fetraf Pará, para discutir assuntos específicos da região, destacando a importância de se manter um canal direto de diálogo entre o movimento social rural e o Inca.

No Pará, a Fetraf tem cerca de 2 mil famílias que ocupam áreas improdutivas da empresa Vale. Além disso, são 7 mil famílias que ocupam 39 áreas pelo Estado que aguardam do

Governo um pedaço de terra para cultivar alimentos tanto para sobreviver como também fazer da agricultura familiar o meio de vida.

As lideranças, no Incra, pedem agilidade na política de estruturação da reforma agrária, a fim de sanar com problemas como a violência no campo, a concentração de terras na mão de latifundiários, entre outros.

Quem conhece a realidade das famílias no Estado, logo vê as dificuldades de viver sob constantes ameaças dos seguranças e jagunços. Os conflitos agrários no Pará, a cada ano aumentam, dados que são de conhecimento do Incra e Governo.

Durante a reunião, o coordenador de gestão e finanças da CONTRAF BRASIL Lázaro Bento reivindicou agilização no andamento dos processos de aquisição de terras para a reforma agrária, alertando que a medida poderá contribuir para diminuir a violência no campo.

Há um mês, as famílias acampadas que estão sem nenhum tipo de atendimento há meses, em um dos conflitos, foram alvo de tiros e ameaças que resultaram em pessoas feridas, inclusive um menor de idade.

A coordenadora geral da Fetraf Pará, Viviane Oliveira, além de cobrar a desapropriação imediata das áreas ocupadas pelos acampados falou sobre a necessidade da entrega das cestas de alimento para as famílias, já que não conseguem produzir no local por conta dos ataques.

Dos itens de pauta, Viviane também abordou sobre a atual estruturação do Incra e da arbitrariedade do Governo em extinguir a Ouvidoria Agrária Nacional. Ela pediu o retorno das atividades do setor, que evitam inúmeros conflitos e mortes.

Ainda, as lideranças expuseram a falta de assistência técnica para os agricultores familiares da região e solicitaram projetos envolvendo a produção de alimentos por acampados da reforma agrária.

Em vista dos problemas apresentados pelas lideranças ao Incra ficou agendado uma reunião para o dia 10 de janeiro entre Fetraf Pará e dirigentes da Vale S.A., como também reunião entre lideranças da Fetraf Pará e Superintendência Regional do Incra sobre as 39 áreas ocupadas por assentados da reforma agrária.

O presidente do Incra, Leonardo Góes Silva, também firmou compromisso de atender as reivindicações dos movimentos sociais em relação ao edital que trata sobre a seleção de famílias a serem assentadas em áreas de reforma agrária.

Também participaram da reunião o secretário sindical da Fetraf Pará, Francisco Ferreira de Carvalho; o coordenador da Fetraf Pará, Jofre Alves de Lima Filho; o coordenador da Fetraf Pará, Lindomar de Jesus Cunha e o assessor do Incra, Jorge Tadeu; o superintendente regional do Incra em Marabá, Asdubral Bentes; o engenheiro agrônomo do Incra em Marabá, Guisepe Serra Seca Silveira.

---

### **Órgãos federais definem ações para solução de conflitos agrários em Rondônia. Site do INCRA, 15/12/2016.**

Com objetivo de instituir “Ações Coordenadas de Governo” para prevenção, erradicação e monitoramento de conflitos agrários no estado de Rondônia foi realizada reunião entre dirigentes do Incra, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal) e outros órgãos federais. O encontro, que aconteceu em Porto Velho (RO), nesta terça-feira (13), atende uma orientação Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

O grupo criado para essa finalidade terá todo o apoio institucional para atuar nos processos. São 106 áreas conflituosas em situação de maior risco, com 249 processos administrativos instaurados, segundo informou o procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra (PFE/Incra), Júnior Fideles. “Este é um grupo executivo, formado por técnicos que analisará cada um desses processos e demandará ao gestor responsável, ajuizando ações se for o caso”, explicou.

O procurador anunciou ainda que haverá uma dinâmica ágil de trabalho. O grupo será composto por técnicos do Incra em Rondônia e Brasília, com a emissão mensal de relatórios para acompanhamento de todas as entidades e movimentos sociais interessados. Será dotado dos meios necessários ao longo de 2017 para sua atuação efetiva.

O procurador da República, Raphael Beviláqua, considerou uma importante iniciativa que resulta das recentes decisões das instituições envolvidas com a questão agrária.

“Rondônia é o local com o maior índice de homicídios por conflitos agrários”, afirmou. Segundo ele, Ministério Público Federal [MPF] e Ministério Público de Rondônia [MPRO] estão muito comprometidos para a solução do problema.

Na reunião foi definida a realização de um seminário, que ocorrerá em breve, com o objetivo de esclarecer e aprofundar a identificação dos problemas que dificultam a solução das disputas por terras, em especial o conflito de competência - que surge com frequência entre a justiça estadual e federal. O evento buscará alcançar agentes da justiça, Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), magistraturas, defensorias e sociedade civil organizada.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Rondônia (Fetagro), Fábio Menezes, manifestou sua preocupação com esses conflitos de competência no âmbito judicial. “Tratamos aqui das 106 áreas de maior risco, mas existem cerca de mil contratos de alienação de terras públicas em Rondônia [firmados pelo Governo Federal nas décadas de 70 e 80]. Não é uma realidade fácil de negociar, mas essa reunião tem condições de nos levar a resultados concretos”, avaliou.

O encerramento da reunião foi feito pelo superintendente do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, que alertou para a urgência na solução dos problemas. “Foram 34 mortes nos últimos 12 meses [segundo a CPT] e temos que dar passos efetivos no sentido da erradicação desse mal”, concluiu.

---

### **Incra entrega plano de uso de área para comunidade quilombola Tomás Cardoso (GO). Site do INCRA, 15/12/2016.**

A Superintendência Regional do Incra em Goiás entregou, na última quarta-feira (14), o Plano de Uso do Território para a Associação da Comunidade Quilombola Tomás Cardoso. O território foi a primeira área quilombola regularizada no estado pela autarquia, em 2015, e está situado nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região do Vale do São Patrício.

O documento foi entregue pelo superintendente regional do Incra, Eurípedes Malaquias de Sousa, durante reunião da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas, realizada na sede da autarquia, em Goiânia, com participação de

representantes de várias comunidades quilombolas do estado e instituições parceiras, como o Instituto Federal Goiano, a Embrapa, o Sebrae, a Superintendência Estadual da Promoção da Igualdade Racial (Supir) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima).

Eurípedes Sousa explicou que o plano de uso e desenvolvimento socioeconômico, organizacional e ambiental do território é um diagnóstico detalhado que demonstra as principais demandas indicadas pela comunidade para assegurar o crescimento produtivo, inclusivo, sustentável e participativo da Associação Quilombola Tomás Cardoso. “Comemoro juntamente com vocês essa conquista porque também me insiro no contexto afro por ser negro e conhecedor das dificuldades vivenciadas pela comunidade”, disse.

#### Equipe

O estudo foi realizado por equipe interdisciplinar do Incra formada pela antropóloga Cristiana de Andrade Fernandes e pela engenheira agrônoma Ludmilla Luciano de Carvalho. As atividades de campo contaram com o apoio do engenheiro agrimensor Deusimar Ferreira de Freitas, do técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Elvis Richard Pires Goularte, e do topógrafo Neusmar Gomes, todos servidores da autarquia.

“A metodologia utilizada neste plano de uso é baseada na proposta do Diagnóstico Rural Participativo, que consiste em metodologias que assegurem a participação dos beneficiários em todas as fases do processo de desenvolvimento: diagnóstico, monitoramento, avaliação e reprogramação de ações”, ressalta Cristiana Fernandes.

#### Ações de 2016

No momento, existem na Superintendência do Incra em Goiás processos abertos para a regularização de 13 territórios quilombolas. São eles: Almeidas, em Silvânia; Antônio Borges e Santo Antônio da Laguna, localizados em Barro Alto; Balbino dos Santos e Pombal, ambos em Santa Rita do Novo Destino; Buracão e Cedro, situados em Mineiros; Jardim Cascata, em Aparecida de Goiânia; João Borges Vieira, em Uruaçu; Nossa Senhora Aparecida, em Cromínia; Rufino Francisco, em Niquelândia; e Vó Rita, em Trindade.

Como avanço das atividades em 2016, Cristiana Fernandes cita a elaboração do Relatório

Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território da Comunidade Porto Leucádio, em São Luís do Norte. “No momento, o RTID aguarda o parecer conclusivo da área técnica e jurídica da Superintendência para publicação”, explica.

---

**Inkra emite títulos provisórios para agricultores de 33 assentamentos na Bahia. Site do INCRA, 15/12/2016.**

A Superintendência Regional do Incra na Bahia emitiu 1,4 mil títulos provisórios para agricultores familiares de 33 assentamentos no estado. Trata-se do Contrato de Concessão de Uso (CCU), firmado entre a autarquia e as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, que assegura a posse da parcela e o acesso a políticas públicas.

Equipes da Assessoria Técnica da regional estão em campo concluindo a primeira etapa de assinatura e entrega de 190 contratos para famílias em 10 áreas de reforma agrária. A expectativa é de concluir nos primeiros três meses de 2017 as assinaturas dos demais contratos. Para isso, será necessário o deslocamento de equipes em 13 territórios de identidade, dentre os 27 existentes no estado.

Os contratos assinados habilitam as famílias a receberem recursos do Crédito Instalação para desenvolvimento de atividades produtivas. No caso da Bahia, por meio da Assessoria Técnica, prestada em parceria com o governo do estado, serão elaborados projetos técnicos para a concessão das modalidades Fomento e Fomento Mulher, destinadas a incentivar a produção nas parcelas.

#### CCU

Com a assinatura do contrato, o assentado compromete-se a morar no lote e explorá-lo economicamente, respeitando as regras estabelecidas no documento e no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A titulação definitiva ocorre após a verificação de que o núcleo familiar cumpriu as cláusulas previstas no contrato.

Em contrapartida, o CCU transfere o imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra e às ações do Incra, assim como a outras políticas do governo federal de apoio à agricultura familiar.



O superintendente regional do Incra/BA, Hélder Almeida, frisa que o CCU dá segurança ao assentado por ser o documento que precede o título definitivo de domínio. “As cláusulas do CCU também conscientizam o trabalhador rural sobre seus direitos e deveres junto ao Incra”, ressalta.

---

### **Comunidades quilombolas do Ceará recebem portaria de reconhecimento de territórios. Site do INCRA, 16/12/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Ceará entregou as portarias de reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas de Boqueirão da Arara, em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, e a de Minador, em Novo Oriente, na região de Crateús. As portarias, publicadas, dia 16 de novembro, reconhecem o direito de 145 famílias remanescentes de quilombos nos dois municípios à posse de suas terras ocupadas tradicionalmente.

Em Boqueirão da Arara, a comunidade reuniu-se, dia 14 de dezembro, para receber cópia do documento entregue pelo superintendente regional do Incra/CE, Marcos Cals, e do antropólogo da autarquia no estado, José da Guia. “Para nós é uma vitória, depois de tanta luta, ter esse reconhecimento conquistado”, celebra Madalena Barbosa Prata, presidente da associação comunitária que reúne as 89 famílias a serem beneficiadas com a regularização do território.

Marcos Cals parabenizou as famílias e leu trechos da portaria que explicam o trâmite processual até a publicação da portaria, destacando que a comunidade agora, com a portaria, está em estágio “avançado” para conquistar o território.

Da Guia disse que o reconhecimento da autarquia, por meio da portaria, torna o processo de regularização do território irreversível, após estudos antropológicos produzidos pelo Incra/CE constatarem a presença de famílias remanescentes de quilombos no território e a relação delas com a terra reivindicada. “O trabalho do Incra é garantir o território para que as famílias quilombolas possam recuperar e usufruir de suas terras”, disse.

Para a comunidade, o reconhecimento é uma etapa importante por garantir justiça na posse de suas terras, o acesso à produção na área, além de contribuir no combate ao

preconceito contra os quilombolas e as pessoas negras. “É um passo para a liberdade das famílias e também para combater o preconceito que ainda predomina”, disse Madalena Prata.

#### Minador

A comunidade quilombola de Minador recebeu a portaria na última terça-feira (13), em visita do antropólogo do Incra/CE, José da Guia. São 56 famílias remanescentes de quilombos a serem beneficiadas com a regularização do território quilombola em Novo Oriente.

#### Próximas etapas

As portarias encerram a fase de análise e julgamento de contestações ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) das comunidades, documento que reúne estudo antropológico, peças cartográfica e agrônômica, cadastro das famílias e a cadeia dominial dos imóveis situados na área do território. Após os reconhecimentos, o Incra enviará minutas de decretos para sanção presidencial, que vão autorizar a desapropriação das terras para titulação do território em nome da associação. O título é coletivo, indivisível, inalienável e intranferível.

---

#### **Incra/MA avalia ações da política de regularização de territórios quilombolas. Site do INCRA, 16/12/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão realizou, dia 15 de dezembro, mais uma reunião da Mesa Estadual Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas para acompanhamento da política de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos no estado. Durante o encontro foi feito balanço das ações deste ano e planejamento para 2017.

O superintendente do Incra no Maranhão, George de Melo Aragão, ressaltou que estas reuniões constituem um permanente espaço de diálogo entre a autarquia e as comunidades quilombolas, mostrando a disposição do instituto em buscar soluções para problemas referentes à temática dos territórios quilombolas.

Durante o encontro, foram debatidas a evolução das questões tratadas na reunião anterior da mesa, ocorrida dia 20 de outubro, sendo apresentado balanço de cada um dos itens da pauta discutida: contatos para agilização de inquéritos sobre assassinatos de quilombolas; levantamento prévio da cadeia dominial de imóveis rurais inseridos em alguns territórios; ações para regularização do território Monte Cristo, no município de Penalva; andamento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território Barro Vermelho, em Chapadinha; entre outras questões. Houve ainda breve apresentação das ações empreendidas pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/MA nos meses de novembro e dezembro deste ano.

O chefe substituto da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/MA, Rui Alcides dos Santos, informou que o RTID do território Barro Vermelho está previsto para conclusão em janeiro de 2017, relatando também que todos os andamentos dos processos solicitados foram fornecidos aos presentes à reunião. “Praticamente todos os itens do que ficou para ser encaminhado foram atendidos pela autarquia, o que fez com a reunião transcorresse num clima de tranquilidade”, disse.

#### Ações para 2017

Ficou acertada nova reunião em janeiro do próximo ano para tratar especificamente do território Saco das Almas, localizado no município de Buriti de Inácia Vaz. Outra questão a ser tratada também em janeiro será a retomada de lotes na comunidade Aliança/Santa Joana, em Cururupu. Por último foi elaborado calendário dos encontros da mesa permanente para 2017.

O superintendente George Aragão ressaltou que pretende ampliar o diálogo com outras instituições do poder público, que também têm ações de interesse das comunidades quilombolas a fim de que participem de forma mais efetiva das reuniões da Mesa Permanente, ressaltando que se tratam de questões cujas soluções não dependem apenas da ação do Incra, mas que precisam ser debatidas com outros órgãos do poder público.

Estiveram presentes na reunião técnicos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/MA, representantes da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconerug), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos (SMDH), Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), da Fundação Cultural Palmares e representantes de comunidades quilombolas de diversas regiões do estado.

**CNA defende novas regras de demarcação de terras indígenas. Site do CNA, 16/12/2016.**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende novos critérios para a demarcação de terras indígenas diante da insegurança jurídica existente no campo com processos feitos fora dos parâmetros constitucionais.

O tema foi discutido nesta semana, em reunião extraordinária da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, que contou com a presença do vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), e a participação de federações de agricultura e pecuária dos estados mais afetados por esta questão.

A CNA avalia que deve ser respeitado o marco temporal para reconhecimento das terras indígenas, ou seja, a ocorrência de ocupação tradicional por indígena na área em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

Outro critério a ser levado em consideração, segundo a CNA, é a observação, pelo Poder Executivo, das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, concluído em 2009.

Entre estas condicionantes, estão a vedação da ampliação de terras já demarcadas e a participação dos estados e municípios diretamente envolvidos em todas as etapas de demarcação.

“Vivemos uma relativização do direito de propriedade que tem nos causado muita dificuldade. Precisamos desatar este nó em busca da segurança”, disse o presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, Paulo Ricardo Dias.

---

**Incrá discute regularização de comunidade quilombola no Ceará. Site do INCRA, 19/12/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Ceará recebeu na última quarta-feira (13) representantes de famílias remanescentes do quilombo do Cumbe favoráveis à

regularização do território localizado em Aracati (CE). A proposta do encontro foi discutir soluções para o início dos trabalhos em campo, necessários para a regularização do território.

Além das famílias, que lotaram o auditório do Incra/CE, participaram do evento o superintendente da autarquia no estado, Marcos Cals, o antropólogo do Ministério Público Federal no Ceará, Sérgio Brissac, o professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Jeovah Meireles, e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Ivan Costa Lima, a Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) do Governo do Estado, Zelma Madeira, além de representantes de instituições públicas e privadas, técnicos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/CE, da Ouvidoria Agrária Regional e chefes de divisão da autarquia.

De acordo com técnicos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/CE, divergência entre famílias que se consideram quilombolas e grupos contrários à regularização do território têm sido obstáculo para realização do estudo antropológico da comunidade, além de cartográfico e agrônômico da área, necessários para produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), fase inicial do processo de regularização de territórios quilombolas.

Diante do impasse, os participantes do encontro chegaram ao consenso de que os trabalhos para produção do RTID devem ser concluídos. Para alcançar esse objetivo, foram propostas a formação de um grupo de trabalho interinstitucional para tratar da questão, realização de ação na área da comunicação para informar a população local e as famílias acerca do trabalho de regularização quilombola, e ampliação do diálogo com os grupos contrários à regularização, além de políticos e representantes da sociedade civil da região.

O superintendente Marcos Cals sugere o diálogo como forma de resolução do impasse no Cumbe. “Temos que ter uma solução dentro do diálogo, pacífica”, disse. Desde novembro deste ano a superintendência vem recebendo representantes de grupos contrários e favoráveis à criação do território quilombola para entender as posições e achar um consenso que permita a execução dos trabalhos.

---

## **Ameaça aos direitos indígenas gera tensão no MS. Site do MST, 19/12/2016.**

Despejo forçado ameaça famílias de três retomadas indígenas na Terra Indígena Dourados-Amambai Peguá I.

Uma frente composta por diversos fóruns de entidades de defesa dos direitos indígenas e por movimentos sociais está engajada na denúncia de novas violações ao território Guaraní e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Desta vez a ameaça é o despejo iminente de três retomadas que se inserem na Terra Indígena Dourados-Amambai Peguá I.

As retomadas nomeadas de Jeroky Guasu, Ñamoi Guaviray, e Kunumi Poty Verá se inserem no território cujo estudo para identificação e delimitação como terra indígena já foi publicado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo o comunicado, o relatório que reconhece a área como tradicionalmente indígena garante 55.600 hectares para os indígenas.

As organizações alertam para a escalada de violações dos direitos indígenas na região, desde o ataque paramilitar organizado por fazendeiros e pistoleiros em junho deste ano, que resultou na morte do agente comunitário de saúde Clodiodi de Souza. Esta nova ordem de despejo se soma à expectativa de mudanças na regulamentação das demarcações, nova ofensiva do governo golpista de Temer contra os povos tradicionais.

Leia a íntegra do comunicado:

**COMUNICADO URGENTE DO POVO GUARANI E KAIOWÁ: 3 RETOMADAS DA TERRA INDÍGENA DOURADOS-AMAMBAI PEGUA I AMEAÇADAS DE DESPEJO NO MATO GROSSO DO SUL**

Caarapó, Mato Grosso do Sul, 14 de Dezembro de 2016.

O povo Guarani e Kaiowá se levanta, uma vez mais, contra o avanço do agronegócio em suas terras tradicionais. Três retomadas realizadas na Terra Indígena Dourados-Amambai Peguá I, cujo estudo para identificação e delimitação já foi publicado pela FUNAI, estão

sob risco de despejo. O relatório que reconhece a área como tradicionalmente indígena garante 55.600 hectares para os indígenas.

As retomadas ameaçadas de despejo, nomeadas de Jeroky Guasu, Ñamoi Guaviray, e Kunumi Poty Verá, fazem parte do que os Guarani e Kaiowá denominam Tekoha Guasu, significando “Grande Território”. Tekoha diz respeito ao lugar onde se vive, onde se realiza o modo de vida Guarani e Kaiowá. No interior do Tekoha Guasu, existem diversos tekoha que o compõem, como pequenos territórios no interior de um complexo mais amplo.

O contexto em que estão posicionadas estas retomadas nos faz lembrar o mais recente ataque paramilitar, um dos maiores já realizados contra os Guarani e Kaiowá, envolvendo mais de 100 caminhonetes dos ruralistas e jagunços, resultando na morte do agente de saúde indígena Clodiodi de Souza, assassinado a sangue frio enquanto lutava por seu território. O ataque, conhecido como “massacre de Caarapó”, causou o ferimento por bala de outros 20 indígenas e deixou um rastro de sangue e cartuchos de armamento pesado. Hoje, fazendo justiça à memória de Clodiodi, o povo Guarani e Kaiowá mantém acesa a chama da resistência e expressa sua revolta diante de mais uma ofensiva do conluio entre Estado, agronegócio e grande capital, agentes do genocídio dos povos indígenas no Brasil. A luta do povo Kaiowá não irá permitir que ocorra mais um despejo.

Para além destes fatos ocorridos em junho deste ano e destes despejos abertos neste mês de dezembro, que abrem precedente para mais mortes e violência no território tradicional indígena, o governo Temer lança um decreto que irá pôr fim às demarcações de terras indígenas. A minuta do decreto que está sendo preparada pelo Ministério da Justiça reúne diversos elementos já estabelecidos pela PEC 215, além de aplicar o marco temporal, que postula que apenas os indígenas que estavam em suas terras ou a disputavam judicialmente em outubro de 1988 podem ter o direito à terra. Processos de demarcação em andamento também serão paralisados. Este decreto irá resultar em massacres, despejos e destruição contra os povos indígenas, agravando os conflitos já existentes: 80% das terras indígenas no país serão inviabilizadas, ou seja, cerca de 600 territórios em processo de demarcação ou reivindicados, segundo dados do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

A região de Caarapó, já está sentindo os efeitos destes processos: é uma das regiões com maior quantidade de retomadas na luta pelo território tradicional, margeando a aldeia

Te'yi Kue. O conjunto das retomadas somadas à aldeia totalizam mais de 7000 pessoas dispostas a resistir até a morte pela proteção de suas terras sagradas. Com os despejos que foram abertos contra as 3 retomadas da região, após o massacre promovido pelos latifundiários, agora está nas mãos do judiciário e do governo a responsabilidade de um segundo massacre. Chamamos a todos que apoiam a causa indígena, para juntar-se à resistência no território e divulgar nossa mensagem, realizando atos de apoio e dando visibilidade aos materiais de denúncia.

---

### **Fórum discute regularização de territórios quilombolas em São Paulo. Site do INCRA, 20/12/2016.**

Muitos esclarecimentos técnicos e jurídicos, depoimentos contundentes, compromissos assumidos publicamente: a sétima edição da Mesa Permanente Quilombola de São Paulo, realizada na última quinta-feira (15) no auditório do Incra/SP, demonstrou mais uma vez a importância de um fórum onde representantes das comunidades quilombolas, das diversas esferas do poder público, das universidades e da sociedade civil compartilham informações e buscam superar entraves para a regularização dos territórios quilombolas no estado.

A atividade seguiu a dinâmica dos encontros anteriores, nos quais cada Mesa se concentrou nos processos de comunidades quilombolas de uma determinada região do estado, para aprofundar as questões específicas e facilitar a articulação das entidades e órgãos demandados em cada região. Nesta sétima mesa foi a vez do litoral norte paulista, e os participantes se detiveram aos processos de reconhecimento e regularização fundiária das comunidades remanescentes dos quilombos Caçandoca, Sertão de Itamambuca, Fazenda Picinguaba e Cambury, todos localizados no município de Ubatuba(SP).

O perito federal agrário Paulo Eduardo Micheletti e a antropóloga Paula Covo, ambos da equipe de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/SP realizaram uma apresentação detalhada sobre esses processos, esclarecendo dúvidas das comunidades e dos demais participantes. Os outros órgãos e entidades compartilharam informações sobre os problemas enfrentados, especialmente os ambientais e os de competência institucional em relação a diversas situações específicas.



O superintendente regional substituto do Incra/SP, Edson Alves Fernandes, reforçou a importância da Mesa Permanente Quilombola no planejamento das ações futuras: “A presença das comunidades, mas também dos órgãos federais, estaduais e do Ministério Público mostra o compromisso de todos para concretizar o reconhecimento e a regularização dos territórios destas comunidades”, avaliou. Fernandes também sugeriu a realização de mais reuniões e audiências públicas nas próprias comunidades: “Nada como a realidade das famílias para sensibilizar os gestores e outros representantes do poder público, mostrando a necessidade de agilizar soluções para o andamento dos processos e superação de conflitos”, propôs.

#### Participações

Participaram da Sétima Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas de São Paulo os gestores e técnicos do Incra e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário (Sead) em São Paulo, representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), do Ministério Público Federal (MPF), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), da Fundação Florestal (FF), da Sempreviva Organização Feminista (SOF), da Universidade Federal de São Carlos e da Prefeitura e Câmara Municipal de Ubatuba, dentre outras entidades.

---

#### **Incra tem imissão na posse de fazenda no interior de São Paulo. Site do INCRA, 21/12/2016.**

Um impasse que se prolongava há 17 anos teve fim na última sexta-feira. O Incra teve a imissão na posse da Fazenda Colômbia/Água Fria, no município paulista de Colômbia, na região de Barretos. O imóvel de 1.993 hectares sediará um projeto de assentamento para as 300 famílias de trabalhadores sem terra que vivem acampadas desde 1999 em uma estrada vicinal que dá acesso à propriedade.

O ato de imissão na posse foi acompanhado pelo presidente do Incra, Leonardo Góes, pelo diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, Ewerton Giovanni dos Santos, e pelo superintendente regional substituto do Incra em São Paulo, Edson Fernandes. Na ocasião, os oficiais de justiça entregaram a notificação ao representante

dos proprietários do imóvel e transferiram para a autarquia a responsabilidade legal sobre a fazenda.

Pacificação do conflito – A área da Fazenda Colômbia/Fazenda Água Fria foi desapropriada pelo governo federal em novembro de 1999. No entanto, uma série de disputas judiciais impediu que o Incra tivesse a imissão na posse. Desde agosto, a Superintendência Regional de São Paulo vinha buscando um acordo com os antigos proprietários no sentido de encerrar o impasse e dar início à implantação do projeto de assentamento.

A imissão na posse da propriedade também encerra o conflito agrário na área. Segundo o relato de acampados, nos últimos anos houve casos de ameaças e violência física contra trabalhadores sem terra. O presidente do Incra destacou o papel da autarquia como mediador na busca pela paz no campo. “Além de realizara reforma agrária, o Incra desempenha o importante papel de pacificação dos conflitos no campo. A situação dos acampados nesta área tornou emblemático o caso da Fazenda Colômbia/Água Fria. Aqui há jovens de 18, 19 anos que nasceram debaixo de lona. Finalmente, agora terão resgatada a dignidade. Acredito que no início de 2017 haverá as condições necessárias para iniciar a implantação do PA”, explicou Góes.

Crescimento econômico – Já o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos falou sobre a importância da criação de um PA na área. Para ele, os futuros assentados contribuirão para o crescimento da economia do município, ampliando a produção de alimentos na região. “A agricultura familiar é um instrumento que gera renda, reduz as desigualdades sociais e eleva a receita da Prefeitura. Com a imissão na posse, o Incra terá condições de implantar o assentamento e contribuir ainda mais para o desenvolvimento da região”, salientou.

O cadastramento e seleção das famílias deverá ter início em fevereiro ou março. Esta é a previsão do superintendente regional do Incra em São Paulo. Fernandes disse que essa etapa do trabalho será implementada de forma transparente, garantindo que todos aqueles com perfil de beneficiários da reforma agrárias terão garantidos os seus lotes. “Hoje, os acampados deram o primeiro passo para se transformarem em assentados. O direito à terra foi conquistado por essas 300 famílias. Cabe a elas mostrar que têm potencial para produzir alimentos de qualidade. Essa é a responsabilidade de todos a partir de agora”, frisou Fernandes.

Espera recompensada – Maria Eugênia dos Santos, 56 anos, chegou ao acampamento em 1999. Ao longo de 17 anos, jamais perdeu a esperança de conseguir um lote para plantar. Apesar das precárias condições enfrentadas por quem vive sob a lona, ela acredita que todo o sacrifício foi recompensado. “Cheguei com os filhos pequenos e vi meu neto nascer aqui. Muitos diziam que era perda de tempo, que não conseguiríamos nada. Nunca perdi a esperança. Hoje vejo o meu sonho e o de todas as pessoas daqui se realizando. Foi o meu presente de Natal”, disse.

---

### **Inkra inicia a titulação de lotes da reforma agrária. Site do INCRA, 21/12/2016.**

A reforma agrária entra em um novo momento no país. Nesta segunda-feira (19/12) teve início o processo de titulação em assentamentos. Em um evento realizado em Tabaporã, no Mato Grosso, 300 famílias do PA Mercedes-Benz I e II receberam os primeiros títulos de lotes. A cerimônia contou com a participação de cerca de 500 assentados, do superintendente regional do Incra no Estado, João Bosco de Moraes, e de parlamentares das bancadas estadual e federal.

O PA Mercedes-Benz I e II foi criado em 1996 em uma área de 63 mil hectares. Atualmente vivem no assentamento 1.021 famílias em parcelas de 60 hectares. A agricultura familiar se consolidou nos últimos 15 anos, destacando-se as culturas de soja, milho, maracujá, acerola, além da produção de leite. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabaporã, Jerry Cassol, a titulação era uma antiga reivindicação dos assentados. “Há muito tempo pedíamos a emissão de títulos para o PA. O documento vai garantir o acesso a créditos mais robustos. Agora somos pequenos produtores, não mais assentados”, disse Cassol.

Mobilização – O superintendente regional do Incra ressaltou a mobilização dos servidores da autarquia para que o Mato Grosso fosse o primeiro estado a emitir títulos de lotes em assentamentos. Segundo Moraes, todo o corpo técnico do instituto uniu esforços no sentido de realizar o levantamento das famílias aptas à titulação. “Quando o presidente do Incra, Leonardo Góis, nos deu essa diretriz, não poupamos esforços para colocá-la em prática. Estes são apenas os primeiros títulos entregues em Mato Grosso, dentro de um processo que se estenderá até 2018. Queremos que a autarquia no estado seja um exemplo de eficiência”, explicou.

O deputado federal Carlos Bezerra elogiou a iniciativa do Incra e destacou o aspecto simbólico da primeira entrega de títulos a assentados. O parlamentar acredita que a titulação, além de dar maior segurança jurídica às famílias do PA, sinaliza um novo momento da reforma agrária no país: “Muitos diziam que não se devia entregar títulos aos assentados, que era um erro. Estamos hoje em Tabaporã vendo como essas famílias progrediram e fizeram do PA Mercedes-Benz um exemplo do sucesso da política de reforma agrária. Aqui há produção de riqueza, desenvolvimento econômico e reconhecimento do esforço desses agricultores. Eis a resposta a todos aqueles que duvidavam da capacidade do povo que chegou aqui há 20 anos. Agora é expandir a titulação por todo o estado”.

Impulso à economia – O deputado estadual Silvano Amaral ressaltou os efeitos econômicos decorrentes da titulação de lotes da reforma agrária. Ele aposta na expansão das culturas e na ampliação dos níveis de renda dos pequenos agricultores. “Agora na condição de pequeno agricultor, o ex-assentado terá meios para acessar novas linhas de crédito, investir na sua propriedade e obter ganhos de produtividade. O impacto na economia será sentido rapidamente. Isso representa maior desenvolvimento. Parabéns ao Incra por esta importante iniciativa”.

O processo de titulação se dará em todo o país. O Incra estima que, até o fim de 2018, serão emitidos 280 mil títulos. Segundo o presidente da autarquia, Leonardo Góes, todas as 30 superintendências regionais do instituto estão mobilizadas para acelerar a expedição do documento. Góes rebate as críticas de que a titulação poderia gerar a reconcentração de terras no país. Ele explica que há uma cláusula que impede que isso ocorra e lembra que esta é uma antiga reivindicação dos próprios assentados.

---

**Acampamento do MST sofre ataque de pistoleiros no Pará. Carlinhos Luz. Site do MST, 21/12/2016.**

Os ataques começaram na segunda-feira e três caminhonetes ajudam na ação criminosa.

O acampamento Hugo Chaves sofreu esta semana mais um ataque violento de pistoleiros e do fazendeiro Osvaldo Saldanha. Os ataques começaram na última segunda-feira e três caminhonetes ajudam na ação criminosa.

Os pistoleiros montaram uma barricada na Vila Sororó, povoado próximo ao acampamento.

Ocupado desde o dia 08 de junho de 2014, o acampamento Hugo Chávez conta com 362 famílias, que produzem alimentos saudáveis para comercialização e consumo próprio.

Ayala Ferreira, da direção nacional do Movimento, explica que a área servia para especulação, práticas de crime ambientais e que o fazendeiro tem um histórico de violação dos direitos humanos e de flagrante de trabalho em condições análogas à escravidão.

"Responsabilizamos o Governo do Estado e o Federal, que, mesmo acionados inúmeras vezes pelos acampados e o movimento, não se posicionaram para desarmar os fazendeiros e pistoleiros da região e acima de tudo por não fazerem a Reforma Agrária", sentencia Ayala.

O acampamento fica localizado na BR-155, sentido Marabá/ Eldorado do Carajás (PA).

---

### **Incra reconhece comunidade quilombola do Rosa no Amapá. Site do INCRA, 22/12/2016.**

Foi publicada na última quinta-feira (22) a Portaria de Reconhecimento do Quilombo do Rosa, localizado no município de Macapá (AP). A medida reconhece os 4.984 hectares do território e sua publicação no Diário Oficial da União é uma etapa importante na trajetória da titulação da comunidade. Após a publicação, pode-se iniciar a desapropriação de possíveis proprietários que possuam imóveis rurais na região delimitada pela Portaria.

Localizada próxima ao Quilombo Mel da Pedreira e a leste do rio Macapi, a comunidade de remanescentes de quilombolas do Rosa faz parte dos territórios que seriam objeto de acordo com o estado do Amapá para transferência de terras. Agora, com a publicação da portaria de reconhecimento, o território já pode ser titulado por ação direta do Incra.

Além do Quilombo do Rosa há no Amapá outras cinco comunidades tituladas ou em processo de regularização de seus territórios cadastradas no Incra. A política de reconhecimento das terras de comunidades tradicionais de matriz quilombola executada pelo Incra beneficia cerca de 100 famílias e assegura a titulação coletiva de cerca de 17,7 mil hectares no estado da Região Norte.

#### História

O Quilombo do Rosa tem seu título ancestral datado do ano de 1900, época em que a região pertencia ao Estado do Grão-Pará. Atualmente 17 famílias vivem no território da agricultura de subsistência, pesca e extrativismo de frutas e castanhas das matas ciliares como pequi, bacuri, taperebá, ingá, maracujá do mato, cutiti, sorva, castanha sapucaia, ameixa, buriti e o caranã.

A coleta de frutos nativos - de acordo com estudos feitos para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade - é antiga e sustentável. Também foi observada, de acordo com o estudo feito por antropólogos, agrônomos e técnicos do Incra, a prática da coleta sazonal de frutos dos campos cerrados e antigas capoeiras como o murici, a pitomba e goiabinha, os cocos de tucumã e do mucajá. A produção e venda de farinha também é uma das principais atividades e possibilita que a comunidade compre outros produtos alimentícios nos arredores.

#### Marabaixo

uma das principais manifestações da tradição quilombola ainda vivia no Rosa é o grupo de Marabaixo. Trata-se da principal dança característica da cultura étnica dos quilombolas do Amapá, que evoca a resistência dos escravizados na época da colonização do Brasil e é celebrada em festas religiosas. A comunidade é considerada como o berço dessa tradição, em fase de registro como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apenas no estado do Amapá, há 36 grupos de Marabaixo.

---

**Funai critica ‘teor invasivo’ em imagens de índios isolados. Site Eletrônico – O Globo, 23/12/2016.**

A Fundação Nacional do Índio (Funai) fez duras críticas à veiculação de reportagem na “National Geographic”, repercutida pela imprensa nacional, com imagens de uma tribo

indígena isolada no estado do Acre. De acordo com o órgão, trata-se de um desrespeito aos índios “que se mantêm em isolamento por decisões próprias”. O autor das fotos, Ricardo Stuckert, se defendeu, ressaltando o caráter inesperado das imagens, enquanto o sertanista José Meirelles, que o acompanhava no momento do registro, reforçou a importância do material para a proteção dos povos indígenas.

“O teor invasivo do sobrevoo e, conseqüentemente, das fotografias pode ser percebido no semblante de terror dos indígenas e na postura de ataque ao empunhar arcos e flechas contra a aeronave”, criticou a Funai, em comunicado divulgado nesta sexta-feira. “Os efeitos de uma violência simbólica desse nível são social e culturalmente imensuráveis”.

Procurado pelo GLOBO, Stuckert se defendeu por e-mail, ressaltando que as imagens capturadas são fruto de um encontro inesperado em contexto jornalístico. “Em nenhuma hipótese houve intenção de desrespeitar ou invadir as tradições do povo indígena”, escreveu ele, ponderando que “sempre revelou uma profunda identificação com a cultura e a história dos índios brasileiros”. Stuckert também argumentou que realiza trabalhos fotográficos com os índios desde 1996 e tem “total consciência humanística da importância desses povos para o Brasil”.

A Funai também refutou o argumento de que a divulgação de imagens como as capturadas pelo fotógrafo Ricardo Stuckert contribuiriam à proteção das tribos, por chamar a atenção do público para o tema. Esse ponto foi destacado em entrevista ao GLOBO na quinta-feira pelo sertanista José Meirelles, que trabalhou por muitos anos na Funai e acompanhava Stuckert durante o sobrevoo. Meirelles informou ter conhecimento desses índios desde 1989, mas, até então, não havia motivos para dar visibilidade a eles, pois viviam em segurança, o que não acontece mais.

— Eles transitam na fronteira e, quando estão do lado do Peru, ficam expostos à ação de garimpeiros e madeireiros ilegais. Muitas vezes, acabam levando tiros — alertou. — E com as últimas sinalizações do governo brasileiro sobre a revisão de demarcações de terras indígenas e a falta de recursos na Funai, tememos que eles fiquem mais vulneráveis também do lado brasileiro.

Em uma nova entrevista nesta sexta-feira, Meirelles reforçou o argumento e disse que a Funai deveria “gastar energia com outras coisas”:

— A ameaça a esses povos não é passar lá em cima tirando foto, mas sim caçadores e pescadores ilegais quem entram nas matas e, em muitos casos, atiram contra os índios e ninguém fica sabendo.

Ativistas usaram as redes sociais para comentar o episódio, como o pesquisador Glenn Shepard, do Departamento de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi: “É importante observar as flechas: ‘deixem-nos em paz’ é uma mensagem clara que deve ser respeitada”, escreveu ele, sobre as fotos em que os índios aparecem com armas voltadas para a aeronave.

Para a Funai, esse tipo de trabalho “atende somente aos interesses de venda de notícias sensacionalistas, não segue estratégias de proteção territorial e se omite diante dos direitos dos povos indígenas”.

“Prova disso é o fato de que o trabalho foi realizado à revelia dos trâmites necessários ao controle de acesso a Terras Indígenas, inexistindo autorização de ingresso ou observância do direito de imagem, o que configura violação de direitos fundamentais preconizados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho”, afirma a nota.

O órgão destaca que a legislação indigenista tem mecanismos de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato, “de maneira que a Funai tomará providências para a devida responsabilização dos autores e envolvidos, assim como para o resguardo dos povos indígenas em questão”.

---

### **Mato Grosso: Indígenas recebem cestas de alimentos da Conab. Site da CONAB, 27/12/2016.**

Famílias indígenas de diversas aldeias e municípios foram beneficiadas com duas etapas de distribuição de cestas este mês, em Mato Grosso. A ação é uma parceria da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), com a finalidade de atender pessoas em situação de insegurança alimentar.

A ação, operacionalizada pela Superintendência Regional do Mato Grosso, distribuiu 2.100 cestas compostas por 15 kg de alimentos cada: 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar



mascavo, 2 kg de fubá de milho, e um kg de leite em pó integral. Os produtos foram adquiridos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas.

Foram contemplados indígenas da etnia Xavante das aldeias Batovi, no município de Paranatinga (100 cestas); Sangradouro, no município de General Carneiro (246 cestas); e aldeias São Marcos e Namunkurá, em Barra do Garças (400 e 122 cestas). Em Nova Nazaré, foram 176 cestas para a aldeia de Areões Cachoeira e mais 176 para Pimentel Barbosa. No município de Campinápolis foram atendidas as aldeias São Pedro, Palmeiras, Campinas e Aldeona, todas com 160 cestas cada, além da aldeia de Santa Clara com 80 cestas. Em Bom Jesus do Araguaia, a aldeia de Marâiwatsédé recebeu também 160 cestas. Ao todo, foram beneficiadas 1.050 famílias indígenas com 31,5 toneladas de alimentos.

---

### **Cestas com mais de 100 t de alimentos beneficiam famílias indígenas. Site da CONAB, 29/12/2016.**

Mais de 100 toneladas de alimentos foram distribuídas em dezembro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a famílias indígenas nos estados de Santa Catarina e Paraná. As doações atendem 2.635 famílias com cestas contendo produtos como arroz, feijão, farinha de trigo, farinha de milho e leite.

Foram contempladas comunidades indígenas de regiões atendidas pela coordenação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Chapecó/SC e São José/SC. No Paraná, as cestas foram entregues a 235 famílias de Palmas, Clevelândia, Vitorino e Paranaguá.

Em Santa Catarina, foram beneficiadas 2.165 famílias das regiões de Chapecó, Abelardo Luz, Bom Jesus, José Boiteux, Ibirama e São José. No polo de Joinville estão sendo contempladas comunidades em Joinville, Araquari, São Francisco do Sul e Paranaguá.

Também foram distribuídos alimentos a 235 famílias indígenas com casos de desnutrição, especialmente infantil, assistidas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai) nos municípios de Chapecó, Ipuçu, Entre Rios, Araquari e São José.

De janeiro a novembro, a Conab, por meio da Superintendência Regional de Santa Catarina, doou 10.945 cestas, num total de 336,5 toneladas de alimentos para comunidades indígenas de Santa Catarina e do Paraná atendidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai/SC). A ação é resultado de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e com Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incrá), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sesai e Funai. (atualizada em 30/12, às 11h15)

---

### **Incrá/RS identifica territórios quilombolas em Viamão e Arroio do Tigre. Site do INCRA, 30/12/2016.**

Foram publicados hoje (30), no Diário Oficial da União (DOU), editais dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) das comunidades quilombolas da Anastácia, em Viamão, e de Linha Fão, em Arroio do Tigre. As publicações informam as áreas determinadas pelo Incra/RS como territórios destas comunidades, após uma série de estudos e levantamentos técnicos. Com esta ação, as famílias quilombolas avançam no processo de regularização das suas terras.

Para a comunidade Quilombo da Anastácia (Viamão), o território identificado tem 64,1264 hectares, beneficiando 16 famílias. A ocupação da área remonta ao início do século XX, com a formação do núcleo familiar de Anastácia e Olímpio Gomes, que foram para a região morar em terras de parentes libertos da escravidão. A área legitimamente herdada por Anastácia foi sendo reduzida ao longo do tempo por várias ocorrências - entre as quais, a construção de uma barragem na década de 50 do século passado.

Já a comunidade Quilombo de Linha Fão (em Arroio do Tigre) teve identificados 168,2439 hectares como área das 33 famílias. O território foi reconstituído com base na ocupação da região Centro-Serra do Rio Grande do Sul pela população negra em fins do século XIX. As famílias descendem do casal Aparício Miranda e Belmira Xavier, filhos de escravos que receberam terras de um patrão na década de 20, de onde foram expulsos nos anos 70, migrando para o "Fão". Atualmente, as famílias que residem no local vivem em uma área de 10,58 hectares - outros membros saíram do "Fão", já que o território permaneceu sofrendo pressões e reduções.

Avanço

A regularização das áreas vai permitir que as famílias de Linha Fão e da Anastácia tenham melhores condições de vida, permitindo acesso a políticas públicas e propiciando segurança jurídica, mas também são uma importante ação de reconhecimento de parte da história do povo negro no Rio Grande do Sul. O quilombo de Linha Fão, por exemplo, tem laços de parentesco com outras duas comunidades, Júlio Borges (em Salto do Jacuí, cujo RTID está em elaboração) e Novo Horizonte (em Jacuizinho, onde o Incra já foi imitado na posse de áreas). Já o Quilombo da Anastácia integra um contingente historicamente relevante - embora invisibilizado - da presença negra na região de Viamão, iniciada no século XVIII com a vinda do primeiro casal de escravos para uma sesmaria.

Com a publicação dos RTIDs, interessados terão prazo de noventa dias para apresentarem contestações ao Incra/RS. Os processos de regularização culminam com a titulação das áreas em nome das comunidades - no RS, quatro quilombos já possuem títulos totais ou parciais de seus territórios: Chácara das Rosas (Canoas), Família Silva (porto Alegre), Casca (Mostardas) e Rincão dos Martimianos (Restinga Seca).

---

### **Incra prepara o assentamento de 12 mil novas famílias. Site do INCRA, 30/12/2016.**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está pronto para assentar 12 mil novas famílias. Os futuros beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ocuparão lotes em projetos de assentamento (PAs) criados, mas que ainda não tiveram iniciado o processo de ocupação; áreas onde a autarquia tem a imissão na posse; vagas não ocupadas em projetos já implantados; além de imóveis rurais pagos, ajuizados e que aguardam a imissão.

Para o presidente do Incra, Leonardo Góes, a entrada de novos beneficiários no programa representará um avanço importante na implementação da política de reforma agrária. “Em 2015, tivemos apenas 6.397 famílias ingressando no programa. Essas 12 mil novas famílias representam um aumento de 94%. Em um cenário de controle dos gastos públicos, o Incra mantém o seu compromisso de garantir o acesso à terra para quem produz”, destaca Góes.

Regularização – O Incra também promoverá o ingresso de cerca de 40 mil famílias no PNRA, por meio de um processo de regularização de lotes ocupados de boa-fé por pequenos agricultores. A autarquia já elaborou o normativo interno que norteará o início

deste trabalho. As famílias regularizadas receberão o Contrato de Concessão de Uso (CCU), o que dará a elas segurança jurídica e permitirá o acesso às políticas específicas da reforma agrária. Com isso, terão condições de elevar a produção e aumentar a geração de renda. O presidente do Incra ressalta a importância da medida.

“Há famílias que estão nos lotes há mais de 20 anos, produzem, têm perfil, mas não integram a lista original de beneficiários. A partir da análise caso a caso, teremos condições de regularizar esses ocupantes de boa-fé e retirar aqueles que não apresentam os requisitos necessários para ingresso no programa. Isso é, antes de tudo, uma questão de justiça com quem produz e faz crescer a agricultura familiar no país”, explica o presidente.

Acórdão TCU – Atendendo às recomendações apresentadas no Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU), o Incra já tem pronto um novo normativo interno que tornará o processo de seleção de famílias para o PNRA mais transparente. Isso permitirá à Corte autorizar que novos beneficiários sejam assentados.

A liberação por parte do TCU e a edição da Medida Provisória 759, publicada no dia 23, dotarão o Incra de maior agilidade na criação de projetos de assentamento. Apesar da determinação do tribunal de suspensão temporária da seleção de famílias, o instituto manteve o investimento na aquisição e desapropriação de terras. Neste caso, em 2016, foram destinados R\$ 252,7 milhões e incorporados 267.945,91 hectares para a implantação de novos PAs. Na comparação com 2015, houve aumento de 59,5% em termos de recursos financeiros investidos e de 69,1% na área destinada à reforma agrária.

“Levando-se em conta os desafios e a necessidade de adoção de mecanismos de gestão administrativa mais eficientes na autarquia, o Incra registrou um importante avanço no cumprimento de seu papel de formulador e executor das políticas de reforma agrária. Se analisarmos que em 2015 não houve nenhum decreto de desapropriação, veremos que 2016 foi um ano de retomada da importância do papel da autarquia”, avalia o presidente do instituto.

Consolidação dos PAs – Góes faz questão de frisar que o Incra não pode limitar-se a criar assentamentos. Ele aposta em um modelo de reforma agrária que combina a implantação de novos PAs com a consolidação daqueles já estabelecidos. “Ainda temos PAs com mais de 20 anos onde há falta de água, moradia, eletrificação e estradas. Precisamos equilibrar os esforços, de forma a criar novos assentamentos e, ao mesmo tempo, dotar os antigos

da infraestrutura necessária. Reforma agrária não pode resumir-se apenas à entrega do lote; mas também oferecer ao assentado condições de se tornar um pequeno produtor rural”, alerta.

Titulação – Nos últimos meses, a autarquia concentrou esforços no sentido de preparar a retomada do programa de titulação nos assentamentos da reforma agrária. No dia 19, o Incra fez a primeira entrega de títulos a famílias do PA Mercedis-Benz I e II, município de Taborã, no Mato Grosso. O evento, segundo Góes, marca o início de uma nova fase da reforma agrária no país.

“Antes de ser uma decisão de caráter administrativo, a titulação é uma antiga reivindicação e um direito dos assentados. O Incra, durante os últimos seis anos, não fez entrega de títulos. Agora vamos corrigir essa distorção. Tivemos o cuidado de incluir nos documentos um dispositivo que impede a reconcentração de terra. Com o título nas mãos, o assentado passará à condição de pequeno produtor rural e terá acesso a linhas de crédito mais robustas, além de usufruir de segurança jurídica”, enfatiza o presidente do Incra.

A meta da autarquia é entregar 280 mil títulos até 2018. Todas as 30 superintendências regionais do Incra estão mobilizadas e trabalham no levantamento dos assentados com condições de titulação.

---

### **Reforma agrária sem 'agentes'. Estadão, 31/12/2016.**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) condenou a medida provisória (MP) por meio da qual o governo de Michel Temer mudará a política de reforma agrária e de regularização fundiária. Só isso basta para concluir que se trata de uma boa iniciativa.

Na sexta-feira passada, o governo publicou a Medida Provisória 759/2016, que trata da regulamentação fundiária rural e urbana. Em linhas gerais, no que diz respeito à questão rural, o texto se presta a desburocratizar o processo de regularização das terras em assentamentos e também a facilitar as desapropriações para realizar a reforma agrária.

Segundo o governo, a meta é entregar até o final de 2018 cerca de 280 mil títulos de domínio para assentados, além de acelerar a venda de terras da União para os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. A prioridade, segundo informou o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), será dada aos 9.332 assentamentos já existentes, nos quais está cerca de 1 milhão de famílias.

Nas contas oficiais, esses 280 mil títulos representam 12 vezes mais do que o total emitido nos 13 anos de governo dos petistas Lula da Silva e Dilma Rousseff, que fizeram da reforma agrária uma de suas principais bandeiras políticas e eleitorais. Além disso, segundo o Incra, a MP garante aos proprietários de terras desapropriadas rapidez no ressarcimento, o que pode reduzir as costumeiras disputas judiciais nessa área.

Os assentados só terão direito ao título definitivo de posse se pagarem pela terra. O pagamento poderá ser feito em até dez anos, com desconto de 20% para áreas maiores e de 60% para áreas menores. Se mais tarde o titular quiser vender a terra, terá de esperar dez anos para realizar o negócio.

A MP procura também resolver uma distorção que havia levado o Tribunal de Contas da União (TCU) a suspender o processo de titulação de lotes. O TCU entendeu como irregular a distribuição de terras para funcionários públicos. Agora, os servidores estão expressamente proibidos de receber os títulos. No entanto, a medida permite que o beneficiário preste concurso público depois de ganhar a titulação.

Mas o aspecto mais significativo da MP, que ajuda a dissipar os ares ideológicos da reforma agrária, são os novos critérios de seleção dos beneficiários do programa, exatamente o ponto que mais irritou o MST. A partir de agora, cabe apenas aos municípios – com base em “parâmetros mais objetivos”, como enfatizou o Incra – organizar a distribuição de terras, dispensando a intermediação dos movimentos de sem-terra. O assentado não precisa mais estar acampado para se candidatar a um lote, ou seja, não tem de estar mais vinculado ao MST e congêneres, situação que havia transformado esses grupos sem personalidade jurídica em agentes oficiais da reforma agrária.

A única tarefa dos movimentos como o MST, como se sabe, era servir de apoio ao governo petista, usando os assentados como massa de manobra. Foi assim que o MST transformou a reforma agrária em próspero negócio imobiliário, garantindo o financiamento de invasões e dos protestos violentos Brasil afora. A medida provisória assinada por Temer acaba com essa boquinha, razão pela qual o MST protestou, dizendo que o objetivo do governo é prejudicar o movimento e “jogar o poder da seleção” dos beneficiários “para o coronel local”, além de “facilitar a venda (de terras) para os grandes proprietários nacionais e estrangeiros”.

A medida provisória vai no caminho certo, ao tirar a reforma agrária da órbita de grupelhos e partidos que usam o problema da terra como arma eleitoral. Mas isso não basta. É preciso ter coragem de assumir que, hoje, não há mais por que falar em ampliação da reforma agrária, uma vez que há cada vez menos gente interessada em trabalhar no campo. O que falta é dar reais condições – jurídicas, técnicas e econômicas – para que os já assentados participem dos avanços do agronegócio, superem a pobreza e possam colaborar ativamente para o crescimento do País.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria



**Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**



**Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa